



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2013



ÍNDICE

PARTE A. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. NOTA INTRODUTÓRIA
2. ATIVIDADE PORTUÁRIA
3. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
4. GESTÃO DE CONCESSÕES, LICENCIAMENTOS E OUTRAS ÁREAS DOMINIAIS
5. RECURSOS HUMANOS
6. INVESTIMENTO
7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
9. PERSPETIVAS DE DESENVOLVIMENTO FUTURO

PARTE B. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPETIVOS ANEXOS

1. BALANÇO
2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA
3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES (Suplementar)
4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO
6. NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2013

PARTE C. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

PARTE D. RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO (documento autónomo)

PARTE E. RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

PARTE F. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

ADENDA APLICAÇÃO DE RESULTADOS



PARTE A

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A movimentação de mercadorias em 2013 atingiu 36,5 milhões de toneladas, o que representou um aumento de 28% face ao ano anterior. A exemplo do que já tinha acontecido em 2012, mais uma vez o Porto de Sines alcançou novos máximos de movimentação. O maior destaque vai para o Terminal de Contentores (Terminal XXI) que aproveitou com a maior eficiência as condições excecionais do mercado mundial de *shipping* e que movimentou 931 milhares de TEU, os quais representaram um crescimento de 68% relativamente a 2012. No final do ano, o Terminal XXI contava com 14 serviços de linha regular, cobrindo as principais regiões do globo.

No que respeita aos granéis líquidos, saliente-se o crescimento na exportação de refinados, fruto da nova unidade produtiva instalada na refinaria de Sines. De realçar também o aumento da movimentação de Gás Natural Liquefeito, resultante da aposta do Terminal de GNL em diversificar a sua atividade para o arrefecimento e carga de navios.

Os resultados apresentados são fruto do trabalho de um conjunto de intervenientes que em muito ultrapassa as fronteiras da autoridade portuária. O Fórum de Simplificação de Procedimentos (FSP) continuou a assumir-se como uma estrutura de concertação e de estreitamento de relações de colaboração entre as diversas entidades diretamente relacionadas com a atividade do porto, as autoridades e entidades oficiais e os membros da Comunidade Portuária de Sines.

No sentido da identificação e resolução de estrangulamentos de práticas operacionais e da coordenação eficaz da troca de informações visando a melhoria e simplificação dos procedimentos documentais das transações com base nas tecnologias de informação, o FSP contribuiu decisivamente para o acréscimo de produtividade e de competitividade do Porto de Sines em 2013, evidenciando-se a sua ação no desenvolvimento do projeto-piloto de integração do Transporte Ferroviário na JUP (Janela Única Portuária), implementado com ferramentas desenvolvidas internamente e que levaram à criação oficial da JUL (Janela Única Logística) em 5 de Setembro de 2013, tornando o porto de Sines num porto ‘sem papel’ em toda a cadeia logística na vertente ferroviária.

Este fórum desempenhou também um papel importante no esforço de revisão e simplificação dos regulamentos e normas em vigor, de forma a torná-los mais flexíveis e capazes de se ajustarem facilmente à evolução e novas exigências do Porto de Sines, nomeadamente ao nível do Regulamento de Exploração, Ambiente e Segurança, da Norma de Receção de Navios e Movimentação de Mercadorias e da Norma de Licenças e Concessões.

Traduzindo o crescente interesse internacional, em 2013 o Porto de Sines foi visitado por representações diplomáticas de diversos países, com destaque para a visita das delegações das embaixadas dos países da União Europeia, num evento que contou com a presença do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações. Foram igualmente recebidas comitivas de empresários estrangeiros e uma comitiva de jornalistas alemães. A APS foi, ainda, anfitriã da reunião do Trade Facilitation & Port Community System Committee da IAPH – International Association of Ports and Harbours, que reuniu pela primeira vez em Portugal os representantes de vários portos europeus e africanos.

Destaque para o apoio à realização, no Porto de Sines, da Reunião da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar e para a apresentação da Estratégia Nacional para o Mar 2013 – 2020.

Dos diversos eventos em que a APS participou em 2013, o destaque vai para a visita oficial do Presidente da República à Colômbia e ao Peru, que contou com representação da empresa ao mais alto nível, tendo em conta a importância do mercado da América do Sul para o Porto de Sines.

Merece igualmente referência a participação no Foro Ibero-americano de Logística y Puertos, que decorreu na Cidade do Panamá e debateu o impacto do alargamento do Canal do Panamá nos tráfegos atlânticos. De realçar a assinatura de um protocolo com a entidade gestora do Canal do Panamá numa altura em que a ampliação desta infraestrutura lhe permitirá desempenhar um papel ainda mais determinante na definição das principais rotas mundiais do transporte marítimo de contentores. A APS celebrou igualmente um “Sister Ports Agreement” com a entidade gestora do Porto de Miami, com o objetivo de desenvolver ligações comerciais entre as duas entidades.

O exercício de 2013 representou um enorme desafio para toda a empresa. Ao mesmo tempo que se verificou um grande aumento da atividade portuária, a empresa continuou a reduzir o seu quadro de pessoal através de aposentações que não foram compensadas com a admissão de novos/as colaboradores/as.

Traduzindo o ano de excelência em todos os domínios, também em termos económico-financeiros a APS apresentou o melhor resultado da sua história com o Resultado Líquido do Exercício a ascender a 12,4 milhões de euros.

Em termos de Formação Bruta de Capital Fixo, 2013 foi claramente um ano de transição entre períodos de elevado esforço de investimento, com um montante de aproximadamente 2,5 milhões de euros, representando 63% do inicialmente programado.

Durante o ano de 2013, a APS manteve as suas certificações nos sistemas de Gestão da Qualidade (norma ISO 9001:2008), de Gestão Ambiental (norma ISO 14001:2004) e de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (norma OHSAS 18001:2007). Reforçando o seu compromisso de sustentabilidade da sua atividade, a APS passou igualmente a deter, desde 2 de Julho de 2013, a certificação do seu Sistema de Gestão de Segurança de Informação de acordo com a norma ISO/IEC 27001:2005, a qual tem como âmbito a "gestão da segurança da informação nos serviços de governação da JUP - Janela Única Portuária no Porto de Sines, para o suporte aos despachos associados às escalas de navios e às mercadorias carregadas e descarregadas".

Através de Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 24 de Junho de 2013, foi eleito o novo Conselho de Administração da empresa para o triénio 2013-2015, constituído pelo Dr. João Paulo Farinha Franco, como Presidente e pelo Engº Eduardo Carvalho Ramos Bandeira e pelo Dr. José Pedro da Silva Soares, como Vogais. Cessaram funções na mesma data a Dra. Maria Lúcia Ferreira Sequeira e o Dr. Duarte Manuel Lynce de Faria.

Em Assembleia Geral realizada em 2 de Julho de 2013, procedeu-se à eleição dos restantes órgãos sociais para o mesmo mandato, constituídos pelo Dr. António Maldonado Gonelha e pela Dra. Sara Alexandra R.P. Simões Duarte Ambrósio, como Presidente e Secretário da Mesa da Assembleia Geral, respetivamente, e pela Dra. Ana Paula Azurara, pela Dra. Maria Teresa Morais e pelo Dr. Dino Santos, como Presidente e Vogais do Conselho Fiscal, respetivamente, sendo a Dra. Luísa Maria do Rosário Roque eleita como Vogal suplente deste órgão.

Por último, para a obtenção dos excecionais resultados referidos importa destacar o papel imprescindível dos/as trabalhadores/as da APS e o apoio e colaboração prestados pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas. De realçar, ainda, a colaboração proporcionada ao longo do ano pelos parceiros institucionais integrantes da comunidade local, regional e setorial onde o Porto de Sines se insere, bem como por todos os clientes, fornecedores, concessionários, licenciados e entidades bancárias.

2. ATIVIDADE PORTUÁRIA

O ano de 2013 foi mais um marco histórico para o Porto de Sines. Os movimentos de navios, mercadorias e contentores registaram novos máximos, o que possibilitou a esta plataforma portuária assegurar posições de destaque no conjunto dos principais portos europeus.

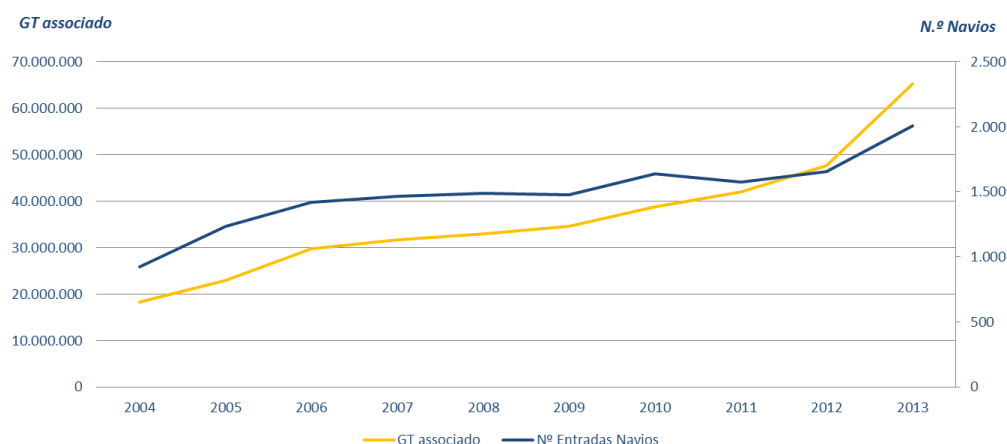
O movimento total superou os 36,5 milhões de toneladas e ao nível dos contentores foram movimentados 931.036 TEU (*twenty-foot equivalent unit*), correspondendo a taxas de crescimento de 27,8% e 68,3% face ao ano de 2012. Estes registos reforçam também a sua posição de líder no sector portuário nacional, com quotas de, respetivamente, 46,1% e 42,5%. Já no que diz respeito à sua posição ibérica, o Porto de Sines assumiu a 5ª posição na movimentação de contentores.

Por outro lado, o Porto de Sines foi o porto europeu de contentores que mais cresceu em 2013.

Movimento de navios

O Porto de Sines registou um novo recorde no movimento de navios com um total de 2.010 navios entrados em 2013, o que representou um crescimento homólogo de 21,6% face ao ano anterior. Em termos de operação comercial nos seus terminais especializados registaram-se 1.955 navios, o que representa um peso relativo superior a 97% face ao total de navios entrados.

Neste enquadramento, de sublinhar o crescimento do porte (GT - Gross Tonnage) associado que, em 2013, apresentou um valor total de 65.187.907 toneladas de arqueação bruta, a que corresponde um aumento de 37% face a igual período de 2012, projetando a média da arqueação bruta dos navios entrados para o seu valor mais alto de sempre, de 32.432 GT médio e refletindo uma procura mais acentuada de navios de grandes dimensões, fruto das capacidades de águas profundas desta infraestrutura no sector portuário nacional.



Movimento de mercadorias

Como já referido, o ano de 2013 registou um novo máximo no volume total de mercadorias movimentadas no Porto de Sines, a que correspondeu um total superior a 36,5 milhões de toneladas e um acréscimo de 28% face a 2012.

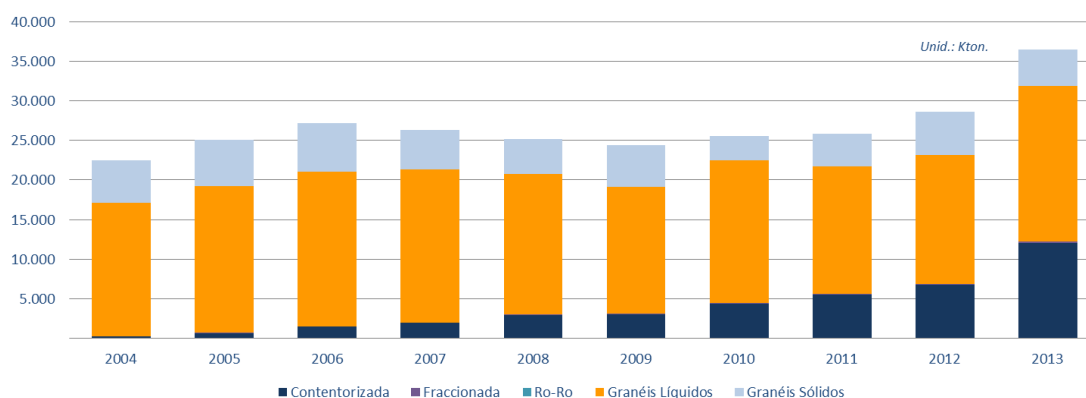
Por terminais especializados, a evolução foi a seguinte:

Terminal	2012	2013	Var. (%)
Terminal de Contentores	6.757	12.039	78%
Terminal de Gás Natural	1.627	2.015	24%
Terminal Petroquímico	346	428	23%
Terminal de Granéis Líquidos	14.302	17.264	21%
Terminal Multipurpose	5.531	4.769	-14%
Total	28.563	36.514	28%

Por segmentos de carga, registaram-se as seguintes variações:

Terminal	2012	2013	Var. (%)
<i>Unid.: Kton.</i>			
Carga Geral	6.881	12.192	77%
Contentorizada	6.756	12.039	78%
Fraccionada	125	154	23%
Ro-Ro			
Granéis Líquidos	16.276	19.706	21%
Granéis Sólidos	5.407	4.615	-15%
Total	28.563	36.514	28%

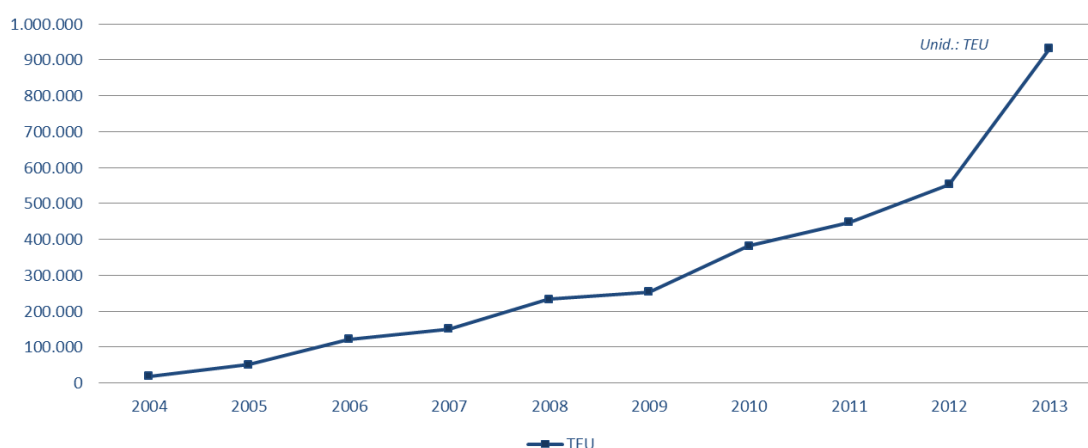
Evolução da estrutura do movimento de mercadorias



Relativamente à componente de relacionamento do Porto de Sines com os mercados externos, destaque para as cargas exportadas para destinos como Espanha, Estados Unidos da América, Brasil, Canadá, Holanda, Gibraltar, China, França e Turquia, integrando todos os segmentos de carga. Nas principais exportações, destacam-se, por ordem decrescente de quantidades exportadas, produtos como o gasóleo, gasolinas, fuel óleo, gás natural, carvão lavado, mescla aromática, granulado de madeira, etileno, mármore, ácido policarboxílico, ácido tereftálico e papel.

Movimento de contentores

Também nos contentores se registaram novos máximos de movimentação, dando continuidade à trajetória de crescimento constante iniciada em 2004, ano em que se deu início ao tráfego regular no Terminal XXI. Foram movimentados, em 2013, 931.036 TEU, registo que equivale a um aumento de 68,3% face ao ano anterior e a um total de 620.909 contentores.



O desempenho do Terminal de Contentores foi sustentado por uma evolução muito positiva dos tráfegos de *transhipment* e de importação/exportação com origem e destino no mercado Ibérico.

O Porto de Sines possui um posicionamento estratégico no mercado global do transporte marítimo de contentores, assumindo uma posição como de *hub* de referência entre os mercados de produção e consumo mundiais. Com efeito, o denominado Serviço do Extremo Oriente (Lion Service), com uma dupla paragem semanal (*inbound e outbound*) em Sines demonstra de forma inequívoca o papel do Porto de Sines entre dois dos mercados mais dinâmicos a nível mundial: Ásia e América do Sul.

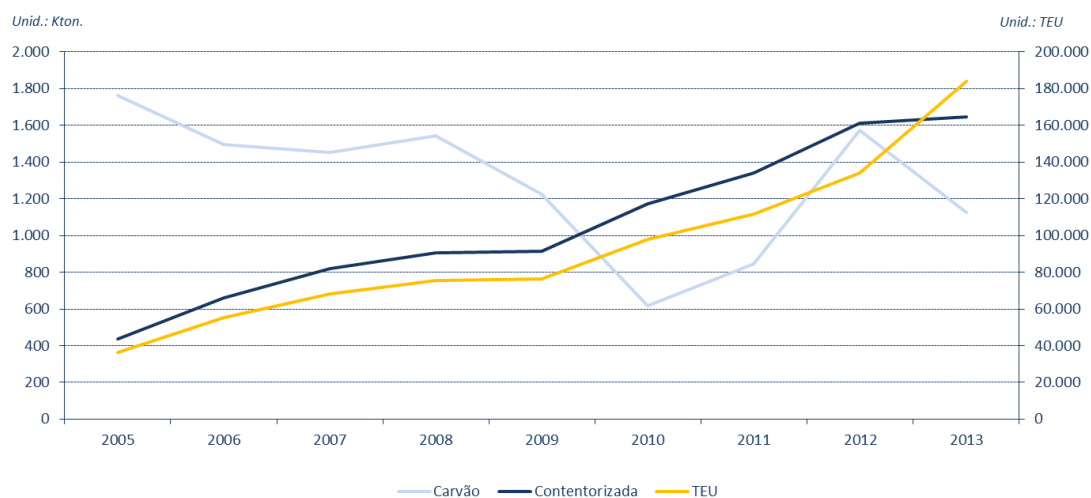
De entre os produtos exportados por esta via destaque para os mármore e granitos, a pasta e o papel, os produtos químicos e os ácidos tereftálicos.

Movimento ferroviário

O transporte ferroviário de mercadorias com origem ou destino no Porto de Sines atingiu, em 2013, um total de 2,8 milhões de toneladas e 137.340 TEU, tendo sido operados 4.001 comboios.

Este modo de transporte tem apresentado um crescimento sustentado na movimentação de contentores, representado por um acréscimo de 37% face a igual período homólogo, suportando a maior parte da componente logística deste segmento de carga para o *hinterland*. O número de comboios de contentores atingiu o expressivo número anual de 3.166, representando uma quota já superior a 79% do total de comboios realizados de e para o Porto de Sines.

A necessidade de alargamento do *hinterland* de Sines, disponibilizando uma solução de transporte ferroviário de mercadorias mais eficiente, seja entre a origem e o destino final ou integrado numa cadeia logística intermodal, é uma realidade constatada e que visa o aumento da competitividade da economia nacional.



Náutica de Recreio

O porto de recreio de Sines registou em 2013 a entrada de 1116 embarcações, significando um acréscimo de 1% face ao anterior. Em contrapartida, o número de embarcações em permanência no porto decresceu de 174 para 154 (-11%), o que determinou a redução da taxa média de ocupação de 95% para 85%.

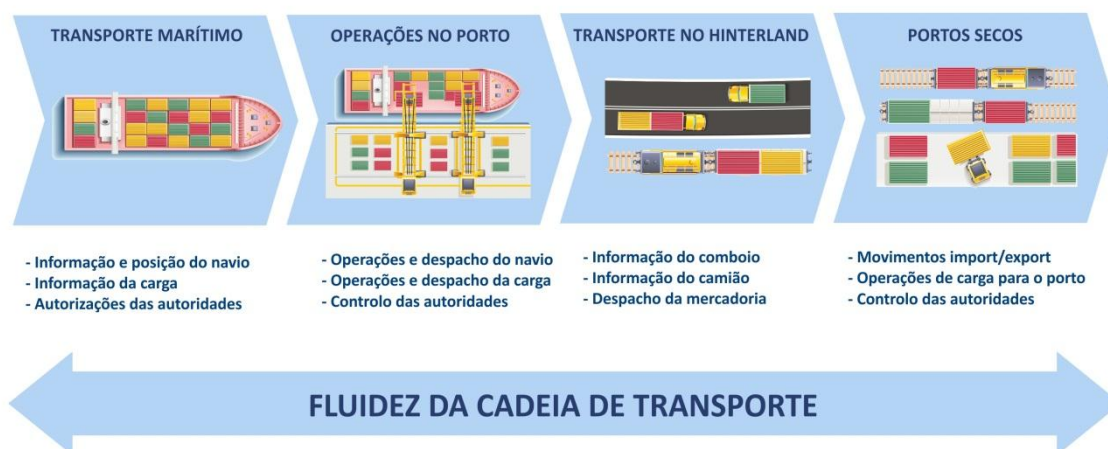
3. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O desenvolvimento dos sistemas e tecnologias de informação associados ao despacho de navios e de mercadorias é um fator primordial para a competitividade de um porto e da cadeia logística onde se insere e consequentemente para o crescimento do negócio associado. O ano de 2013 deu continuidade à forte aposta do Porto de Sines nestes domínios.

Novas funcionalidades da JUP/JUL

Em 2013 entrou em funcionamento a Janela Única Logística (JUL), disponibilizando um novo conceito de tratamento de informação intermodal e de ligação ao *hinterland* do Porto de Sines. Foram disponibilizados novos serviços na Janela Única Portuária para o despacho eletrónico do transporte terrestre, com especial incidência no transporte ferroviário de mercadorias e no segmento da carga contentorizada entre o Terminal XXI e os portos secos a ele ligados.

Com esta nova solução, é partilhada, entre todos os parceiros, informação sobre horários de comboio, ordens de carga, relatórios de carga, localização do comboio, relatório de descarga, diários de entrada e inventário em parque, documentação aduaneira e autorização de saída de contentores de forma simplificada, automatizada e uniformizada, por uma única via, diminuindo-se assim a complexidade anteriormente existente para comunicação desta informação entre todos os intervenientes.



www.portodesines.pt



Neste ambiente de trabalho, os operadores logísticos, despachantes, operadores dos terminais terrestres/portos secos/plataformas logísticas, transportadores ferroviários, terminal marítimo, autoridade tributária, autoridade portuária e autoridade de fronteira, usam o conceito de balcão único virtual, oferecido pela JUL, para partilhar entre si toda a informação necessária para o transporte de mercadorias de e para o porto de Sines.

Esta nova solução é a concretização de um projeto desenvolvido em parceria com a Autoridade Tributária, a CP Carga, a PSA Sines e a MSC Portugal, respondendo ao desafio lançado pelo Fórum

de Simplificação de Procedimentos do Porto de Sines de estender aos modos de transporte rodo e ferroviários o conceito da Janela Única Portuária, já aplicado no modo marítimo de transporte.

Certificação ISO 27001 – Sistema de Gestão da Segurança da Informação

Em 2013 a APS obteve a certificação ISO/IEC 27001:2005, para o seu Sistema de Gestão de Segurança da Informação, atribuída pela Lloyd's Register Quality Assurance.

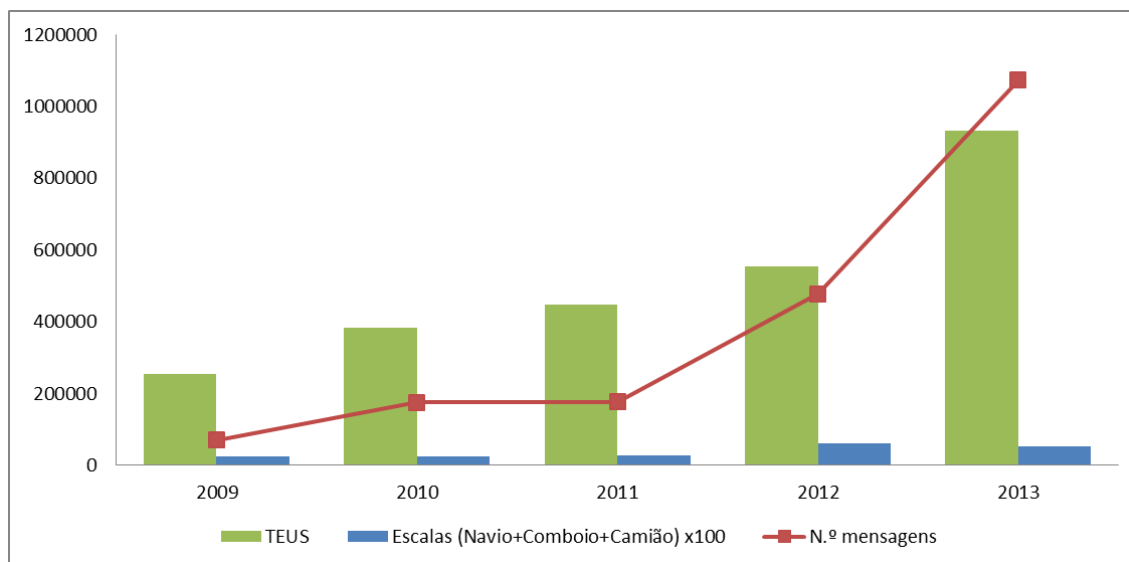
O Sistema de Gestão de Segurança da Informação aplica-se aos serviços prestados pela APS no âmbito dos processos de governação, nomeadamente:

- Do desenvolvimento da Janela Única Portuária (JUP);
- Da implementação, instalação e suporte da JUP;
- De supervisão da execução das ações de introdução de dados, integridade da informação e *workflow* de negócio.

As autorizações para a entrada e saída de navios do porto, bem como as autorizações para a carga e descarga das mercadorias no navio são as atividades desenvolvidas pelos representantes do navio e da carga, terminais e autoridades que constam do âmbito desta certificação.

Evolução da infraestrutura tecnológica e suporte aos/às utilizadores/as

Em 2013, a APS continuou a evoluir a infraestrutura tecnológica do porto, no sentido de a manter modernizada e segura, acompanhando o crescimento acentuado do negócio portuário. Mais mensagens a processar, mais informação armazenada e mais largura de banda ocupada, foram exigências desse crescimento do negócio que levaram à realização de projetos de evolução da infraestrutura tecnológica. A título de exemplo, o número de mensagens EDIFACT/XML processadas em 2013 mais do que duplicou relativamente ao ano transato.



Destaca-se ainda, no âmbito da estreita relação com a Alfândega, a instalação das novas consolas de operação para os técnicos desta autoridade no Terminal XXI, permitindo a criação de melhores condições para o despacho célere dos contentores. Estas consolas estão otimizadas para a utilização das novas funcionalidades da JUL, nas quais se inclui o módulo de despacho dos contentores para todos os meios de transporte.

Uma das funções mais relevantes no desenvolvimento de sistemas de informação é o suporte aos/às utilizadores/as, elementos fundamentais para a inserção e qualidade dos dados. Neste âmbito foi dada prioridade a todos os pedidos relacionados com o despacho dos meios de transporte e das mercadorias, os quais tiveram um crescimento também muito acentuado. Só em pedidos relacionados com a JUP/JUL foram registados 9.396 pedidos de suporte, os quais são tratados pela equipa da APS, 24 horas por dia, todos os dias da semana.

Migração da rede de comunicação UHF analógica para digital

Em 2013 a APS modernizou a rede de comunicações rádio UHF através da implementação de uma solução digital baseada na tecnologia DMR-Digital Media Renderer. A evolução da rede UHF passou pela aquisição e instalação de dois novos repetidores e aquisição de vinte e seis rádios digitais.

Com esta migração foi possível aumentar a qualidade das comunicações UHF, quer através da melhoria da qualidade do áudio, quer através das novas funcionalidades que permitem duas conversações simultâneas num único canal, a transmissão de mensagens de texto e a geolocalização dos terminais através de GPS. Esta interligação potencia um aumento da eficácia na gestão de ocorrências e no despacho e acompanhamento dos recursos, na medida em que são conhecidas *online* as posições dos equipamentos no terreno e os mesmos podem enviar mensagens pré-configuradas para estes sistemas de monitorização, controlo e gestão.

4. GESTÃO DE CONCESSÕES, LICENCIAMENTOS E OUTRAS ÁREAS DOMINIAIS

No que se refere à gestão dos contratos de concessão e licenciamentos, deve destacar-se o lançamento pela PSA Sines do concurso para execução da Fase 2 do Terminal XXI, no fim do qual este ficará com um cais de 940 m de comprimento, um parque com 36,4 hectares, 9 pátios de cais e uma capacidade de movimentação anual de 1,7 milhões de TEU.

No seguimento de um processo que já tinha sido iniciado em 2012, em Setembro de 2013 a PSA Sines apresentou à APS uma alteração à sua proposta inicial de redimensionamento do Terminal XXI para adequação da atracação de três mega-navios em simultâneo, que designou como “Expansão da Fase 3”, a qual prevê que, após a sua concretização, o Terminal de Contentores de Sines fique com as seguintes características gerais: um cais com um comprimento de 1230 m, um parque de contentores com 45 hectares, 12 gruas de cais e uma capacidade de 2,3 milhões de TEU/ano. A análise a esta proposta da PSA Sines não foi concluída até ao final do ano de 2013.

Em julho de 2013 foi celebrada com a Reboport a Segunda Adenda ao Contrato de Concessão de Exploração do Serviço Público de Reboque e Amarração, que inclui a alteração dos rebocadores afetos à concessão, o aumento do número de rebocadores em regime de prontidão, o aumento do número de equipas de amarração em regime de prontidão, a eliminação da regra das duas horas de antecedência para a ativação de rebocadores, a assunção pela Reboport da responsabilidade pelo fornecimento e manutenção de espumífero dos rebocadores, a cessação do Protocolo de Ativação de Meios de Reboque e Amarração e o compromisso da Reboport de não solicitar até final da concessão a reintrodução de uma taxa de combustível.

No seguimento da entrada em vigor em 1 de dezembro de 2012 do Contrato de Subconcessão da Gestão Integrada de Resíduos e Fornecimento de Utilidades do Porto de Sines, celebrado entre a CLT e a empresa Ecoslops Portugal, S.A., durante o ano de 2013 e em cumprimento do previsto no referido contrato, a subconcessionária iniciou os trabalhos de remodelação da estação de tratamento de águas de lastro, com o objetivo de melhorar e tornar mais eficiente o tratamento das referidas águas, processo que irá continuar a decorrer no ano de 2014.

Ainda no âmbito da gestão de contratos de concessão, no final do ano de 2013 a SPOWER, S.A., anteriormente designada por Galp Central de Ciclo Combinado de Sines, S.A., formalizou junto da APS o fim do Contrato de Concessão do Direito de Superfície de Uso Privativo da Parcela de Terreno do Domínio Público Marítimo, celebrado em 13 de outubro de 2009 para instalação da estação de bombagem de água do mar associado à futura central de ciclo combinado de Sines, motivado pelo pedido de renúncia, efetuado por esta empresa junto da Direção Geral de Energia e Geologia, à licença de produção de eletricidade associada à referida central.

O ano de 2013 representou o quinto ano completo de comercialização e atividade da ZALSINES – Zona Intraportuária. Continua a existir apenas uma nave logística construída, da empresa SITANK, na qual se assistiu a um crescimento do número de operações e a um aumento exponencial dos serviços associados aos Despachos Aduaneiros e respetivas inspeções. A taxa de ocupação do Edifício de Apoio Logístico A9 manteve-se, em 2013, a um nível muito elevado, tendo sido celebrados novos contratos com as empresas CONSULCARGO, MARMEDSA, MSC PORTUGAL, EGAPI e MSC LOGISTICS.

De referir ainda que, em 2013, a APS decidiu mais uma vez candidatar a Praia Vasco da Gama ao Programa Bandeira Azul, tendo esta recebido o referido galardão de qualidade, conforme vem acontecendo desde 2007. De igual modo, também o Porto de Recreio manteve este galardão no ano em causa.

A Praia Vasco da Gama foi distinguida pela 2ª vez consecutiva com a “Qualidade de Ouro” pela Quercus, a qual é baseada apenas na avaliação da qualidade da água da praia e tem como objetivo premiar as praias que ao longo de vários anos, apresentam sistematicamente boa qualidade ou qualidade excelente, e que, nesse sentido, oferecem uma maior fiabilidade no que respeita à qualidade da água.

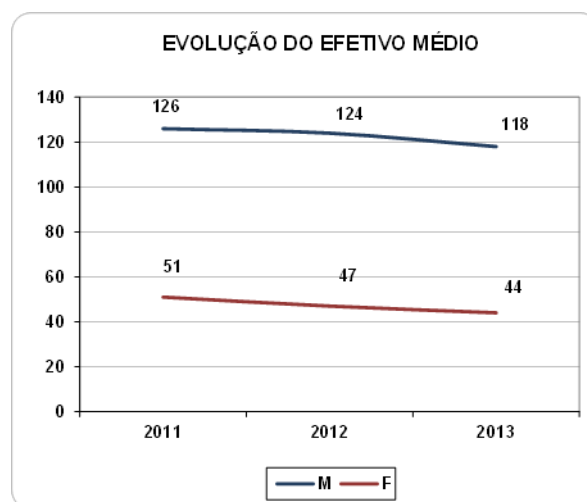
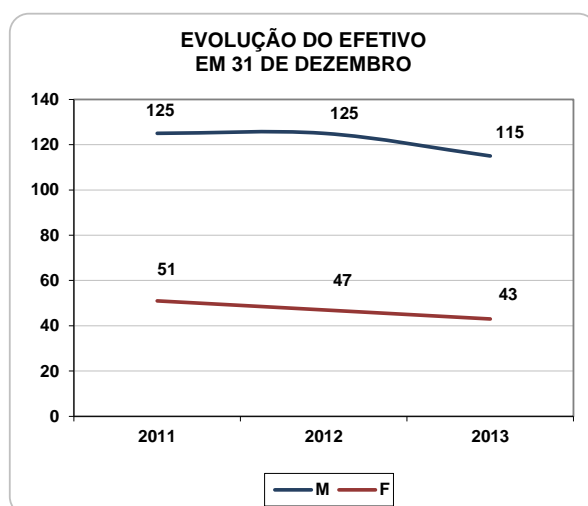
Obteve ainda, como já vem sendo usual, a distinção de “Praia Acessível Para Todos”, por esta praia reunir um conjunto de condições que a tornam acessível às pessoas com mobilidade condicionada.

5. RECURSOS HUMANOS

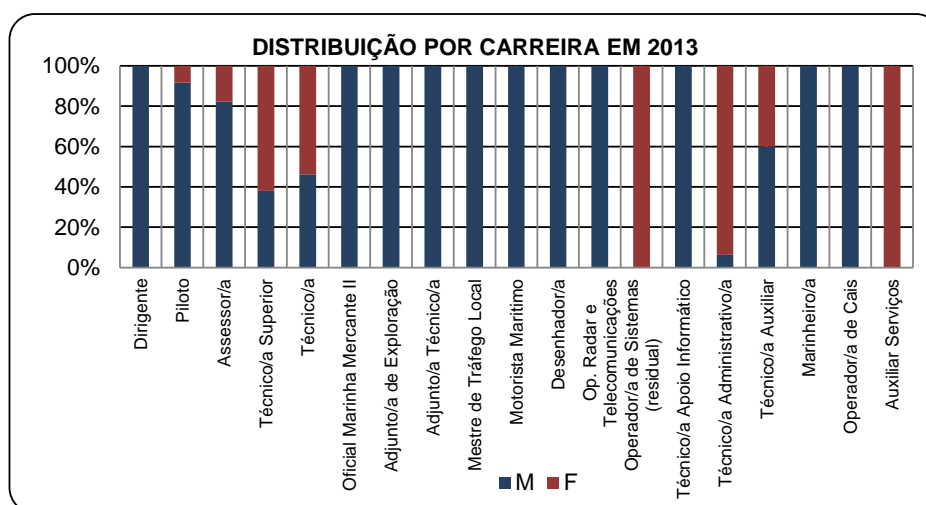
Nos indicadores relativos a recursos humanos não estão refletidos os/as trabalhadores/as afetos à prestação de serviços em empresas concessionárias, ao quais no final de 2013 correspondiam a 26 homens e 1 mulher.

Relativamente ao triénio 2011/2013, o efetivo total diminuiu mais acentuadamente em 2013 pela saída, por vários motivos, de 13 homens, ainda que compensada com a entrada de outros 3, e com a saída de 4 mulheres.

O efetivo total no final de 2013 era de 158 trabalhadores e trabalhadoras, sendo o efetivo médio de 162 pessoas. Verificava-se no final do ano uma taxa de feminização de 27%.

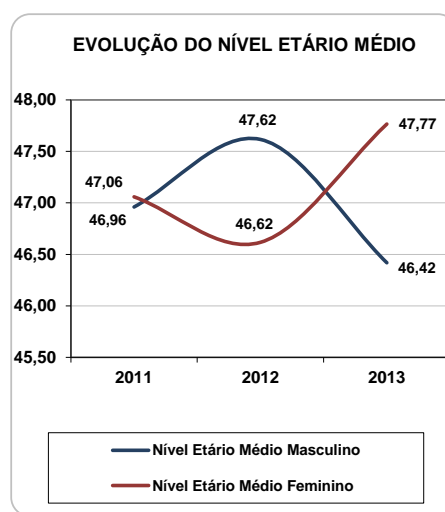
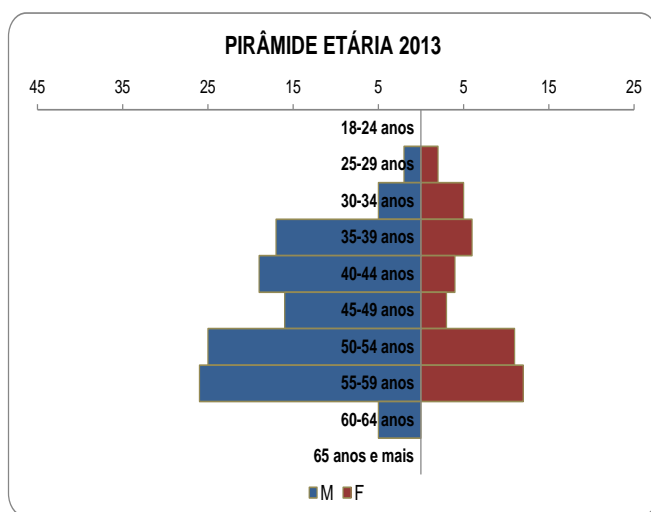


Todos os/as trabalhadores/as têm um vínculo por tempo indeterminado, apresentando a seguinte distribuição por carreira profissional:

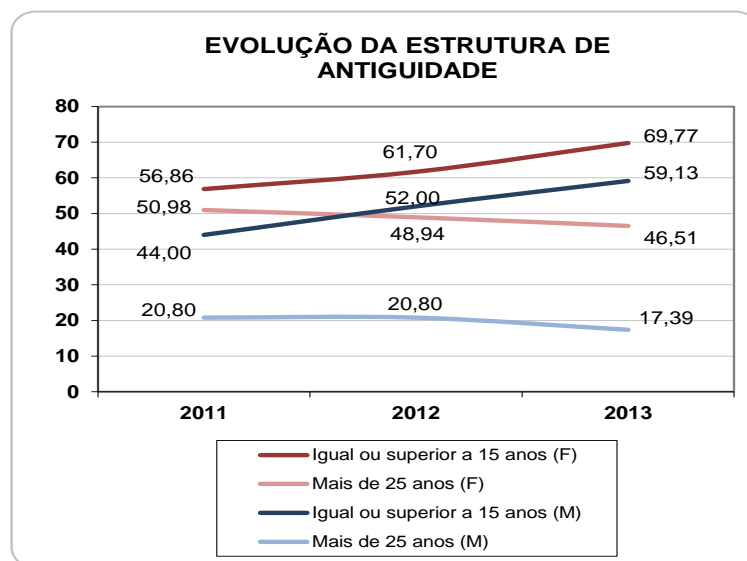


Relativamente à evolução da estrutura etária demonstra-se que grande parte dos/as trabalhadores/as se encontram nos escalões etários superiores a 45 anos de idade, sendo a classe modal quer das mulheres quer dos homens a correspondente ao escalão etário dos 55 aos 59 anos de idade.

Verifica-se ainda um aumento do nível etário médio das mulheres face ao ano transato e a diminuição do nível etário médio dos homens.

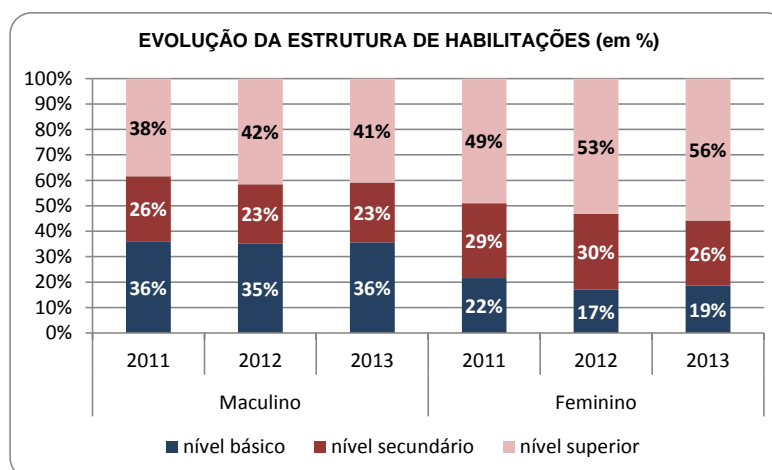
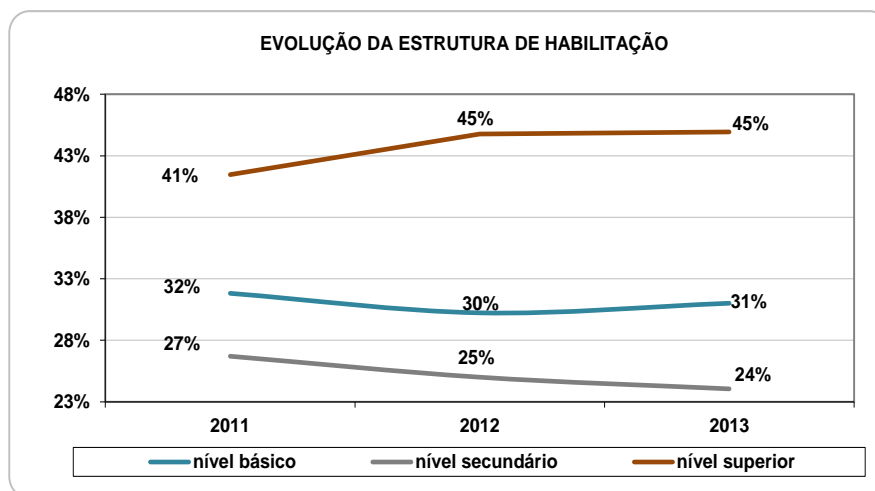


Relativamente à antiguidade na empresa, continua a verificar-se uma estrutura de antiguidade elevada e uma tendência de aumento do nível de antiguidade igual ou superior a 15 anos, quer de mulheres quer de homens, continuando a registar-se ainda uma tendência de diminuição do nível médio de antiguidade superior a 25 anos, também relativamente quer a homens quer a mulheres.

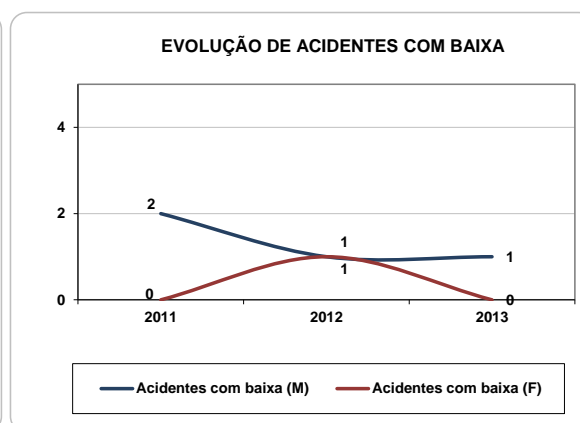
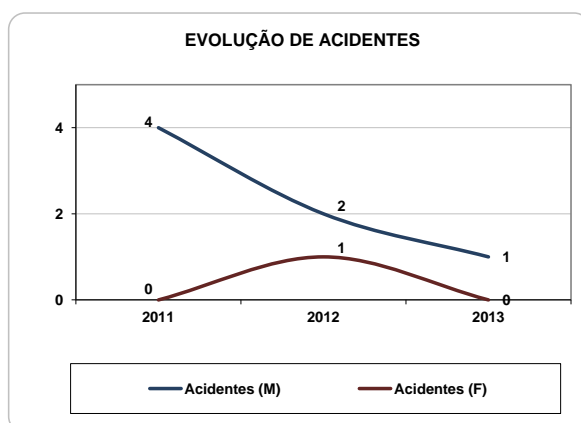


Do efetivo em 2013 verifica-se que 45% tem escolaridade de nível superior, 24% de nível secundário e 31% de nível básico, referindo-se ainda que no ano de 2013 as mulheres se encontram representadas maioritariamente no grau de ensino superior (56%) e no grau de ensino secundário

(26%), enquanto que os homens estão representados na sua grande maioria no grau de ensino superior (41%) e no grau de ensino básico (36%).



Relativamente aos indicadores de Segurança e Saúde no Trabalho, a evolução das ocorrências de acidentes em serviço e de trabalho, foi a seguinte:



6. INVESTIMENTO

O investimento realizado no exercício de 2013 atingiu aproximadamente 2,5 milhões de euros, representando cerca de 63% do investimento planeado. Algumas rubricas de investimento que se orçamentaram não tiveram execução devido à exigência de contenção resultante da crise nacional, tendo-se optado pelo seu deslizamento para os anos seguintes.

A empreitada de Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines ficou concluída no ano anterior mas financeiramente ainda teve realização em 2013.

Na classe de Edifícios e Outras Construções também é de destacar as seguintes rubricas que apresentam valor realizado, mas não incluídas no orçamento:

- Sistema de Drenagem de Águas Sujas e Oleosas
- Armazém p/ Depósito de Materiais Trem Naval
- Ciclovia – Marginal Panorâmica Costa Norte TGLS
- Substituição do Equipamento de Climatização no Auditório

É exceção a “Reabilitação do Finger” que tinha um orçamento de 500.000 euros e que realizou 173.542 euros, significando um grau de realização de cerca de 35%.

Relativamente ao “Equipamento Portuário” a sua execução não teve expressão. A rubrica “Equipamento de Segurança” apresenta um realizado não originalmente orçamentado de 626.111 euros. Destacam-se os seguintes investimentos:

- Evolução do Sistema de Supervisão Portuária
- Berços p/ Veleiro
- Lancha dos Pilotos
- Rádios Motorola

Nos Sistemas de Informação e Comunicação de destacar a rubrica “Janela Única Portuária” com um orçamento de 100.000 euros e um realizado de 117.916 euros.

No investimento do ano também se encontra registado como incremento do ativo fixo tangível uma grua de cais 06 no valor de 6.227.001 euros, adquirida pelo concessionário PSA e que seguindo as regras contabilísticas em vigor deve-se registar no nosso ativo e posteriormente no fim da concessão ser património da APS.

No ano de 2013, o investimento não teve qualquer financiamento externo à empresa, ao nível de subsídios comunitários ou recurso a capital alheio, tendo sido a sua realização assegurada pelas disponibilidades financeiras da empresa.

No quadro seguinte apresenta-se detalhadamente o investimento de 2013:

INVESTIMENTO (€) (valores acumulados)	2013 Orçamento	Dezembro 2013 Realizado	Grau de Realização
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	1.495.000	421.476	28,2%
AMPLIAÇÃO DO MOLHE LESTE (2ª FASE)	50.000	69.608	139,2%
ORDENAMENTO E RECUPERAÇÃO PAISAGÍSTICA DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DA APS	250.000		0,0%
MELHORAMENTO DO ACESSO RODOVIÁRIO AO TGLS	50.000		0,0%
MELHORAMENTO DA ORLA MARÍTIMA (PORTO DE PESCA; CLUBE NÁUTICO)	250.000		0,0%
PAIOL TREM NAVAL	70.000		0,0%
REABILITAÇÃO DO FINGER	500.000	173.541	34,7%
REABILITAÇÃO DO CAIS PROVISÓRIO DO TMS (CAIS DE CARGA)	150.000		0,0%
SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA	25.000		0,0%
REABILITAÇÃO VIADUTO DE ACESSO AO TGLS E OUTROS	50.000		0,0%
VEDAÇÕES NA ÁREA JURISDIÇÃO (HELIPORTO, POSTO 10, VALE PINCEL, NORTE TGLS)	100.000		0,0%
SOMBREAMENTO DOS TANQUES DE RECOLHA DE ÓLEOS E ÁGUA	0	7.250	-
SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS SUJAS E OLEOSAS	0	18.635	-
ARMAZÉM P/ DEPÓSITO DE MATERIAIS TREM NAVAL	0	40.320	-
CICLOVIA - MARGINAL PANORÂMICA COSTA NORTE TGLS	0	54.529	-
CAIXILHARIA DE PVC VIDRO DUPLO - VIVENDA 2 RIO OURO	0	10.508	-
BENEFICIAÇÕES NO PT18	0	11.136	-
SUBSTITUIÇÃO DO EQUIP. CLIMATIZAÇÃO AUDITÓRIO	0	35.949	-
EQUIPAMENTO PORTUÁRIO E OUTRO EQUIPAMENTO BÁSICO	670.000	8.370	1,2%
MODERNIZAÇÃO DOS PT 1 E 13 EXECUÇÃO DE REDE DE ANEL DE 15 KV PARA O PT13	100.000		0,0%
INTEGRAÇÃO DO PT13 NA TELEGESTÃO DA REDE ELÉCTRICA	20.000		0,0%
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	150.000	7.350	4,9%
NOVAS INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS	50.000		0,0%
SISTEMAS DE AVAC	250.000		0,0%
SISTEMAS AUTOMÁTICOS DE DETECÇÃO DE INCÊNDIO, DETECÇÃO DE CO E ANTI-INTRUSÃO	30.000		0,0%
P. SERVIÇOS - PARQUE DE SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS COM 5 BOXES	50.000		0,0%
PORTO DE ABRIGO - COLOCAÇÃO DE CINTAS DE BORRACHA DE PERFIL D P/ REFORÇO PASSADIÇOS	20.000		0,0%
MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS	0	1.020	-
EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA	35.000	626.111	1788,9%
EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE SUPERVISÃO PORTUÁRIO (SSP)	35.000	74.980	214,2%
BERÇOS P/ VELEIRO	0	12.799	-
CAVALETES P/ EMBARCAÇÃO	0	7.966	-
LANCHA DOS PILOTOS	0	469.482	-
RÁDIOS MOTOROLA	0	60.884	-
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.210.000	138.241	11,4%
SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	0	11.273	
EVOLUÇÃO DOS DATACENTERS APS/01 E APS/02	200.000		0,0%
EVOLUÇÃO DE INFRAESTRUTURA CORE DE REDE	15.000		0,0%
CONVERSÃO PARA SISTEMA DIGITAL DOS RÁDIOS UHF	60.000		0,0%
EVOLUÇÃO DO SISTEMA CARTÃO ÚNICO PORTUÁRIO	100.000	117.916	117,9%
JANELA ÚNICA PORTUÁRIA	300.000	9.052	3,0%
ESTUDO E PILOTO DO SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO DE MATRÍCULAS, MEIOS TRANSPORTE E CONTENTORES	70.000		0,0%
IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE GESTÃO DE AUDITÓRIAS E GESTÃO DOCUMENTAL	250.000		0,0%
EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE DW	30.000		0,0%
REPROGRAMAÇÃO DA OPERAÇÃO DA 2ª FASE DE AMPLIAÇÃO DO MOLHE LESTE	75.000		0,0%
ECRÃ PROMOCIONAL MULTI-TOUCH	7.500		0,0%
IMPRESSÃO DE PAINÉIS PARA O STAND PROMOCIONAL	7.500		0,0%
ALARGAMENTO DA JUP À FERROVIA	45.000		0,0%
ACTUALIZAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO	20.000		0,0%
EXTENSÃO DO CARTÃO ÚNICO E SSP AO PORTO DE ABRIGO	30.000		0,0%
DIVERSOS	0	52.181	-
MAQUINAS MULTIFUNÇÕES	0	16.511	-
REMOTIZAÇÃO UNIDADE HIDRÁULICA	0	34.540	-
OUTROS	0	1.130	-
EQUIPAMENTO TRANSPORTE	165.000	221.978	134,5%
- AQUISIÇÃO DE VIATURAS	165.000	221.978	134,5%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	50.000	843.324	1686,6%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO DIVERSO	50.000	31.076	62,2%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	0	812.248	-
JUL		243.531	-
OUTROS		568.716	-
FERRAMENTAS E OUTROS	0	8.848	-
OUTROS	0	31.485	-
- LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E PIQUETAGEM		1.330	-
- PROJECTO DE ALTERAÇÃO DA CASA DO GUARDA		4.305	-
- ESTUDOS P/ EXPANSÃO DO TERMINAL XXI		25.000	-
- ESTUDOS DE SOLUÇÕES DE CLIMATIZAÇÃO EDIFÍCIO SEDE		850	-
CONSERVAÇÃO, REABILITAÇÃO E RECONVERSÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO	305.000	119.971	39,3%
LANCHAS:	170.000	119.971	70,6%
OMEGA	10.000		0,0%
SELENE	100.000	87.756	87,8%
ENEIDE	60.000	32.215	53,7%
SKIMMERS:	135.000	0	0,0%
MAR LIMPO	85.000		0,0%
MARCO	10.000		0,0%
MARÉ AZUL	40.000		0,0%
OUTROS CONSERVAÇÃO	35.000		0,0%
TOTAL	3.930.000	2.471.984	62,9%
		Realizado no período homólogo do ano anterior	
		14.236.841	
		Variação % face ao período homólogo do ano anterior	
		-83%	

7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Refletindo a sua contínua trajetória de crescimento, o Porto de Sines voltou a bater no ano de 2013 os seus máximos de movimentação portuária, atingindo valores nunca antes alcançados por um porto nacional, e encerrou o exercício com um lucro de 12,4 milhões de euros. Este resultado, superior em 27% ao resultado do exercício anterior, foi essencialmente suportado pela componente operacional, com o EBIT a atingir 17,2 milhões de euros, crescendo, deste modo, 37% relativamente ao registo de 2012.

O resultado financeiro, embora com pouca expressão relativa devido à aplicação do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado que condiciona a aplicação das disponibilidades existentes, continuou positivo, refletindo a não existência de qualquer passivo bancário. Por seu lado, o cash-flow operacional (EBITDA) apurado diretamente na Demonstração de Resultados cresceu 18% e atingiu 32,7 milhões de euros. Se descontadas as amortizações de subsídios e o reconhecimento de rendimentos relativos aos bens reversíveis das concessionárias, propiciando, assim, uma mais correta avaliação da geração dos meios gerados pela atividade da empresa, atingiu 21 milhões de euros, mais 28% do que em 2012.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO (€)	2013	2012	Var. %
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	32.708.399	27.766.676	17,80%
EBITDA ajustado das amortizações de subsídios e do reconhecimento de rendimentos relativos aos bens reversíveis das concessionárias	21.031.509	16.439.165	27,94%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	17.185.728	12.568.699	36,73
Resultado Financeiro	48.173	51.655	-6,74
Resultado antes de impostos	17.233.901	12.620.353	36,56
Resultado líquido do período	12.379.794	9.722.723	27,33

O total dos Rendimentos ascendeu a 49,8 milhões de euros, crescendo 13% relativamente ao período homólogo do ano anterior, conforme o seguinte quadro:

RENDIMENTOS (€)	2013	2012	Var. %
Vendas	2.304.005	1.532.955	50,30
Prestações de serviços	35.481.506	31.067.333	14,21
TUP - Navio	11.813.886	9.584.883	23,26
Tarifa de Pilotagem	3.358.474	2.587.596	29,79
Fornecimentos e Serviços	42.686	555.254	-92,31
Concessões	19.167.213	17.127.099	11,91
Licenciamentos	753.772	846.005	-10,90
Náutica de Recreio	188.477	203.765	-7,50
Outras	156.998	162.731	-3,52
Subsídios à Exploração	55.217	17.460	216,24
Outros rendimentos e ganhos	11.997.283	11.453.610	4,75
TOTAL	49.838.010	44.071.358	13,08

O Volume de Negócios totalizou 37,8 milhões de euros, crescendo 15,9% relativamente ao ano de 2012. As vendas, que são na sua totalidade relativas a eletricidade, ascenderam a 2,3 milhões de euros, crescendo 50% relativamente a 2012. Esta evolução deve-se sobretudo ao crescimento verificado na atividade do porto, com o consequente reflexo num maior consumo de eletricidade por parte dos concessionários.

Na sua totalidade, as prestações de serviços cresceram 14,2%, atingindo 35,5 milhões de euros. Isto apesar de se terem mantido sem atualização os valores das principais taxas portuárias. Com esta medida a APS pretendeu incentivar a atividade económica, especialmente de bens transacionáveis com o exterior, e defender os interesses e a competitividade do porto e dos seus clientes.

Ao nível das suas principais rubricas, a TUP-Navio e Tarifa de Pilotagem cresceram 23,3% e 29,8%, respetivamente. Os significativos aumentos registados resultaram, assim, exclusivamente do excelente desempenho do porto em termos de número de navios entrados e da respetiva arqueação bruta associada.

As receitas relativas aos contratos de concessão atingiram, em 2013, 19,2 milhões de euros, mais 11,9% do que o ano anterior. Por seu lado, os licenciamentos registaram um valor próximo dos 754 mil euros, o que representa um decréscimo de 10,9%. O crescimento que se registou nos proveitos com as concessões deveu-se principalmente, ao crescimento na movimentação de contentores no Terminal XXI, que teve um impacto mais do que proporcional nos proveitos da respetiva concessão.

Ainda no âmbito das Prestações de Serviços, os Fornecimentos e Serviços continuam a tendência de decréscimo, resultante da não existência de rendimentos relativos à exploração da pedreira, registando, no período em causa, um valor na ordem dos 42,7 mil euros.

As rubricas relativas à Náutica de Recreio, pela redução na taxa média de ocupação do porto de recreio, e Outras Prestações de Serviços decresceram 7,5% e 3,5% respetivamente.

Os subsídios à exploração registaram uma evolução de aproximadamente 216% relativamente ao exercício de 2012, dizendo respeito essencialmente à subsídioção de estágios profissionais.

Quanto aos Gastos Operacionais, os mesmos apresentam um acréscimo de aproximadamente 3,7% face a 2012, como se pode observar no seguinte quadro:

GASTOS (€)	2013	2012	Var. %
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.831.591	1.238.628	47,87
Fornecimentos e serviços externos	3.610.961	3.703.117	-2,49
Gastos com o pessoal	9.121.673	8.257.010	10,47
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	843.103	8.667	9627,62
Provisões (aumentos / reduções)	(204.239)	1.136.769	-117,97
Outros gastos e perdas	1.926.522	1.960.492	-1,73
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	15.522.671	15.197.978	2,14
Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis	-	-	-
TOTAL	32.652.282	31.502.660	3,65

O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, que corresponde na sua maioria ao consumo de energia elétrica destinada à transformação para média ou baixa tensão e posteriormente ser revendida aos concessionários, aumentou 47,9%, registando um valor próximo dos 1,8 milhões de euros. Tal evolução deve-se ao crescimento verificado na atividade do porto, já mencionado anteriormente.

No final do exercício, registou-se uma diminuição de cerca de 2,5% relativamente à rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos. Tendo em conta o significativo crescimento da atividade do porto, a diminuição desta rubrica advém do sucesso resultante da implementação de diversas medidas de racionalização que a APS tem vindo a adotar ao longo dos últimos anos.

Por seu lado, os Gastos com o Pessoal aumentaram 10,5% face ao Exercício anterior, apesar da redução do efetivo médio da empresa, como resultado do desaparecimento das reduções salariais dos/as trabalhadores/as na sequência de despacho superior.

Para uma melhor compreensão, apresentam-se as naturezas mais significativas de gastos em Fornecimentos e Serviços Externos:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (€)	2013	2012 (reexpresso)	Var. %
Trabalhos Especializados e Honorários	588.716	501.416	17,41
Publicidade e Propaganda	167.994	148.685	12,99
Vigilância e Segurança	216.784	233.779	-7,27
Conservação e Reparação	837.961	825.744	1,48
Manutenção Licenças Hardware e Software	335.715	247.666	35,55
Eletricidade	122.301	444.084	-72,46
Combustíveis	231.737	222.914	3,96
Água	138.508	113.045	22,52
Transportes de Pessoal	114.304	112.381	1,71
Limpezas Industriais + Limpeza Higiene e Conforto	357.669	385.792	-7,29
Seguros	100.732	109.436	-7,95
Outros FSE	398.541	358.174	11,27
TOTAL	3.610.961	3.703.117	-2,49

O quadro seguinte apresenta a evolução das principais rubricas consideradas para efeitos da avaliação do cumprimento do Plano de Redução de Custos. Verifica-se que se nem sempre tem sido possível assegurar uma diminuição dos gastos operacionais, num quadro de forte crescimento da atividade portuária, as adequadas medidas de racionalização destes gastos têm permitido a contínua diminuição do seu peso no volume de negócios da empresa.

PLANO DE REDUÇÃO DE GASTOS	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2010	
						Absoluta	%
CMVM (m€)	29	35	1.172	1.239	1.832	1.797	5179,42
FSE (m€)	4.725	4.846	3.323	3.703	3.611	-1.235	-25,49
Deslocações/Estadas	51	47	16	31	28	-19	-40,30
Ajudas de custo	13	17	10	10	9	-7	-43,54
Comunicações	84	99	96	83	78	-21	-21,06
Gastos com o pessoal (m€)	11.214	10.717	8.602	8.257	9.122	-1.595	-14,89
Total	15.968	15.598	13.097	13.199	14.564	-1.034	-6,63
Volume de Negócios (m€)	30.293	30.809	30.897	32.600	37.786	6.976	22,64
Peso dos Gastos no VN (%)	52,71%	50,63%	42,39%	40,49%	38,54%	-12,08%	-23,87

Deve referir-se que no presente exercício a APS efetuou a reexpressão das Demonstrações financeiras de 2012, em conformidade com a “NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros”, por forma a permitir a comparabilidade das mesmas. Esta reexpressão vem no seguimento da alteração preconizada pela Comissão de Normalização Contabilística na revisão que efetuou à sua FAQ 13 na parte em que recomendava que o valor deduzido aos subsídios para prever o pagamento futuro de impostos sobre o rendimento deixasse de estar registado em passivos por impostos diferidos e passasse a ser registado em outras contas a pagar. Esta reexpressão apenas teve impacto nas rubricas de Balanço, ao nível do passivo não-corrente e corrente.

Na estrutura do Balanço, o ativo da empresa aumentou cerca de 2 milhões de euros em 2013 levando em comparação o ano de 2012 reexpresso. A sua cobertura por capitais próprios, ou autonomia financeira, subiu de 67,8% no ano de 2012 para 68,3% no ano de 2013.

O passivo corrente da empresa registou um valor próximo dos 3% do seu ativo e significativamente inferior ao ativo corrente, assegurando significativos níveis de liquidez. Na sua totalidade o passivo registou uma diminuição na ordem dos 1,6 milhões de euros. Este exercício ficou marcado, mais uma vez, pela não existência de passivo bancário por parte da empresa, realidade que se verifica desde Fevereiro de 2011.

BALANÇOS (€)	2013		2012 (reexpresso)	
	VALOR	%	VALOR	%
Ativo				
Ativo não corrente	449.499.953	94,39	456.699.574	96,30
Ativo corrente	26.720.273	5,61	17.555.643	3,70
Total do ativo	476.220.226	100,00	474.255.217	100,00
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Total do capital próprio	325.334.218	68,32	321.724.171	67,84
Passivo				
Passivo não corrente	136.218.260	28,60	137.550.561	29,00
Passivo corrente	14.667.749	3,08	14.980.484	3,16
Total do passivo	150.886.008	31,68	152.531.045	32,16
Total do capital próprio e do passivo	476.220.226	100,00	474.255.217	100,00

No final de 2013, 98,3% das disponibilidades da empresa, no valor de 15.963.696 euros, estavam colocadas junto do IGCP, estando os restantes 1,7% (275.628 euros) depositados na banca comercial. Não existiram durante o ano quaisquer aplicações financeiras. Os juros recebidos da banca comercial foram de 218,98 euros que serão oportunamente entregues ao Estado.

O quadro seguinte resume os principais indicadores económico-financeiros no final do exercício de 2013 e a sua comparação os indicadores calculados após a reexpressão das Demonstrações Financeiras de 2012:

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	2013	2012 (reexpresso)
Volume de Negócios (euros)	37.785.511	32.600.288
EBITDA total (euros)	32.708.399	27.766.676
EBITDA ajustado das amortizações de subsídios e do reconhecimento de rendimentos relativos aos bens reversíveis das concessionárias (euros)	21.031.509	16.439.165
Margem do EBITDA ajustado (%)	55,66%	50,43%
Margem do EBIT	45,48%	38,55%
ROACE %	5,31%	3,94%
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	31	39
Indicadores de Eficiência		
- Gastos Operacionais / EBITDA	1,00	1,13
- Gastos Operacionais / EBITDA ajustado	1,55	1,92
Valor Acrescentado Bruto (euros)	32.342.959	27.658.544
Rentabilidade das Vendas %	32,8%	29,8%
Rentabilidade Capitais Próprios %	3,8%	3,0%
Rentabilidade do Ativo %	2,6%	2,1%
Autonomia Financeira %	68,3%	67,8%
Dívida Remunerada / Capital Próprio %	0,0%	0,0%
Solvabilidade	2,16	2,11
Liquidez Geral	1,82	1,17

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Na elaboração da proposta de aplicação de resultados, considerou-se:

- Com os investimentos passados e futuros da autoridade portuária, a que se junta o investimento da concessionária PSA Sines nos cais, terraplenos e equipamentos do terminal, o Porto de Sines vai continuamente adequando a sua oferta aos requisitos crescentes do mercado mundial do transporte de mercadorias contentorizadas por via marítima. Este posicionamento do Porto de Sines vem sendo assumido como um objetivo estratégico nacional e deverá potenciar o aparecimento de novos projetos, nomeadamente o pedido efetuado pela concessionária para a expansão do Terminal de Contentores para além do mínimo contratualizado, que exigirão o envolvimento financeiro da autoridade portuária;
- O alargamento do âmbito de gestão da APS aos portos do Algarve implicará um esforço de investimento adicional de montante ainda não apurado mas certamente muito significativo;
- Até à data tem sido possível conjugar a implementação do programa de investimentos, o papel de estímulo ao sector empresarial nacional e o contributo para a consolidação orçamental nacional através do pagamento de dividendos, os quais desde que a empresa começou a registar resultados positivos em 2005 ascenderam a cerca de 26 milhões de euros;
- Em termos futuros, no entanto, a prossecução do papel que vem sendo desempenhado pela APS apenas poderá ser conjugado com a minimização do recurso a capitais alheios se for permitido à empresa incorporar os resultados obtidos na sua atividade.

Tendo presente o referido, a presente proposta de distribuição de resultados não prevê a distribuição de dividendos ao acionista. Se a elaboração de uma nova versão do Orçamento para 2014, que contemple todos os impactos ao nível de investimentos e de exploração decorrentes da integração dos portos do Algarve, permitir concluir pela possibilidade dessa distribuição, a empresa poderá recorrer, ainda nesse exercício, à figura da distribuição antecipada de dividendos.

Assim, tendo igualmente presente o disposto no n.º 1 do art.º 33, no n.º 1 do art.º 294 e no n.º 1 do art.º 295, todos do CSC, e também o constante do n.º 1 do art.º 17 dos estatutos da APS, para além do acordado relativamente à política contabilística a implementar no que se refere aos bens adquiridos ou construídos por concessionários e reversíveis gratuitamente para a autoridade portuária, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido do Exercício de 2013 seja distribuído conforme a proposta do quadro seguinte:

APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO	2013	% do RL	% do RD
Resultado líquido (RL)	12.379.793,62		
a transferir para reserva indisponível - bens reversíveis	1.461.622,61	11,81%	
a transferir para reserva legal	1.237.979,36	10,00%	
resultado distribuível (RD)	9.680.191,65	78,19%	
a transferir para outras reservas	9.680.191,65	78,19%	100,00%

Propõe-se adicionalmente a transferência de 516.391,62 euros da “Reserva indisponível – bens reversíveis” para “Outras reservas” por não ter sido considerado na proposta de distribuição aprovada em 2 de julho de 2013 o efeito dos impostos diferidos sobre o valor da reserva indisponível.

9. PERSPETIVAS DE DESENVOLVIMENTO FUTURO

O Porto de Sines tem atualmente uma posição importante no *shipping* mundial de contentores, através da existência de linhas diretas aos principais centros de produção e consumo do mundo, muitas delas fazendo recurso aos grandes navios de mais de 14.000 TEU de capacidade de carga.

Importa, no entanto, assegurar que todos os passos serão dados no sentido de consolidar essa posição e de permitir uma menor exposição a fatores de maior ou menor excecionalidade.

O principal vetor de atuação para esse objetivo prende-se com a concretização da melhoria da ligação ferroviária à fronteira de Elvas/Badajoz, nomeadamente através da construção ou retificação da ligação à linha do Sul e da construção de uma nova linha Évora-Caia. Só desta forma poderá o porto consolidar o seu tráfego de *hinterland* com o alargamento do mesmo à Extremadura e à Comunidade de Madrid.

Será também fundamental assegurar a resposta às solicitações do mercado para a expansão do segmento de contentores, seja a médio prazo com a expansão do Terminal XXI para além do mínimo contratualizado seja a mais longo prazo com a eventual construção de um novo terminal.

O crescimento do negócio portuário em Sines será assim determinado pela conjugação entre a oferta portuária e a oferta em termos de acessibilidades ferroviárias. A integração completa destes dois meios de transporte, seja ao nível dos *interfaces* físicos na área portuária seja ao nível do desenvolvimento do conceito, já de si integrador, da Janela Única Logística será também um elemento chave para a competitividade do porto e para o crescimento do negócio.

Noutros domínios, deverá mencionar-se a expansão recente do Terminal de Gás Natural elevando a sua capacidade para servir o mercado nacional e de se posicionar como potencial porta de entrada para outros mercados em função da evolução das políticas europeias de abastecimento energético como resposta aos desafios geopolíticos que a atualidade parece comportar, bem como para responder ao que parecem ser as mais recentes tendências ao nível do abastecimento de bancas a navios.

Igualmente será de referir o crescimento esperado a médio prazo para a movimentação do Terminal de Granéis Líquidos, mesmo que pontualmente condicionado pelas consequências das paragens programadas e inevitáveis para a manutenção da refinaria, quer ao nível do abastecimento energético nacional quer no apoio à exportação de produtos refinados com importante peso na balança comercial do país.

Será, assim, fundamental uma nova visão integrada e económica do Porto de Sines sustentada numa boa compreensão das atuais dinâmicas de evolução do mundo da logística em geral e do *shipping* em particular, bem como na articulação ao nível do ordenamento portuário e da gestão do território, na intermodalidade, na gestão dos recursos disponíveis e na ligação com as instituições da administração central e local e com os agentes económicos e sociais do sector.

O alargamento do âmbito de gestão da empresa aos portos de Portimão e de Faro será no curto prazo um dos maiores desafios, quer pela abertura a novas valências, como o turismo de cruzeiros, e a novas regiões quer pelas necessidades adicionais de investimento ainda não totalmente identificadas mas que certamente aconselharão o reforço dos capitais próprios e a criação de condições para um efetivo apoio ao nível dos financiamentos comunitários no próximo período de programação 2014-2020.

A consideração de todos estes fatores, acrescida do entendimento de que o anterior estará no essencial cumprido, levará a empresa a iniciar a curto prazo os procedimentos inerentes à elaboração do novo Plano Estratégico APS 2020.

Sines, Abril de 2014

O Conselho de Administração

João Paulo Farinha Franco

Presidente

Eduardo Carvalho Ramos Bandeira

Vogal

José Pedro da Silva Soares

Vogal



PARTE B

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
E RESPETIVOS ANEXOS**

1. BALANÇO

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31-12-2013

- euros -

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2013	31-12-2012
ATIVO			REEXPRESSO
Ativo não corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	5	365.635.701	376.298.817
Ativos Fixos Tangíveis - Bens reversíveis	5 e 6	56.604.719	57.902.431
Propriedades de Investimento	7	74.182	76.021
Ativos intangíveis	8	871.263	653.925
Ativos Intangíveis - Bens reversíveis	6 e 8	24.573.556	19.769.456
Participações Financeiras - Outros Métodos	9	434.265	434.265
Ativos por impostos diferidos	10	1.306.267	1.564.659
		449.499.953	456.699.574
Ativo corrente			
Inventários	11	426.282	425.803
Clientes	12	8.129.327	7.147.023
Adiantamentos a fornecedores	13 e 18	1.546	1.451
Estado e outros entes públicos	19	-	-
Outras contas a receber	14	1.581.779	1.728.529
Diferimentos	14	617.643	673.469
Caixa e outros depósitos bancários	4	15.963.696	7.579.368
		26.720.273	17.555.643
Total do ativo		476.220.226	474.255.217
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	15	80.000.000	80.000.000
Outros instrumentos de capital próprio	15	4.500.000	4.500.000
Reservas legais	15	5.001.506	4.029.234
Reserva indisponível - Bens reversíveis	15	7.540.455	5.715.131
Outras reservas	15	45.039.695	41.577.132
Resultados Transitados	15	2.404.294	1.966.672
Outras variações no capital próprio	15	168.468.473	174.213.279
Resultado líquido do período		12.379.794	9.722.723
Total do capital próprio		325.334.218	321.724.171
PASSIVO			
Passivo não Corrente			
Provisões	16	2.096.471	3.212.672
Financiamentos Obtidos		-	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	17	2.179.328	2.546.749
Passivos por impostos diferidos	10	3.316.381	2.749.982
Bens reversíveis - Diferimentos	14	62.012.605	61.854.030
Outras contas a pagar	14	66.613.474	67.187.127
		136.218.260	137.550.561
Passivo Corrente			
Fornecedores	18	673.547	871.117
Estado e outros entes públicos	19	1.392.002	1.627.664
Financiamentos Obtidos		-	-
Outras contas a pagar	14 e 18	5.320.789	5.502.769
Diferimentos	14	7.281.411	6.978.935
		14.667.749	14.980.484
Total do passivo		150.886.008	152.531.045
Total do Capital Próprio e do Passivo		476.220.226	474.255.217

2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

- euros -

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e Serviços Prestados	20	37.785.511	32.600.288
Subsídios à exploração	21	55.217	17.460
CMVMC	11	(1.831.591)	(1.238.628)
Fornecimentos e Serviços Externos	23	(3.610.961)	(3.703.117)
Gastos c/Pessoal	17	(9.121.673)	(8.257.010)
Imparidade de Dividas a receber (perdas/reversões)	12	(843.103)	(8.667)
Provisões (aumentos/reduções)	16	204.239	(1.136.769)
Outros Rendimentos e Ganhos	22	11.997.283	11.453.610
Outros Gastos e Perdas	24	(1.926.522)	(1.960.492)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		32.708.399	27.766.676
Gastos de depreciação e de amortização	5/6/7/8	(15.522.671)	(15.197.978)
Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17.185.728	12.568.699
Juros e Rendimentos similares obtidos	20/26	48.173	51.655
Juros e custos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		17.233.901	12.620.353
Imposto s/Rendimento do período	10	(4.854.108)	(2.897.630)
Resultado Líquido do período		12.379.794	9.722.723

3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES (Suplementar)

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

- euros -

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	20	37.785.511	32.600.288
Gasto das vendas e dos serviços prestados	17/23/28	(14.622.455)	(14.545.156)
Resultado bruto		23.163.055	18.055.132
Outros rendimentos	22	5.485.314	4.213.974
Gastos de distribuição		-	-
Gastos administrativos		(6.657.413)	(4.864.024)
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-
Outros gastos		(4.803.268)	(4.738.137)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17.187.689	12.666.945
Gastos de financiamento (líquidos)		46.212	(46.592)
Resultados antes de impostos		17.233.901	12.620.353
Imposto sobre o rendimento do período (*)	10	(4.854.108)	(2.897.630)
Resultado líquido do período		12.379.794	9.722.723

4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Demonstração das alterações do Capital em 2013

- euros -

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	RESERVAS LEGAIS	RESERVA INDISPONÍVEL BENS REVERSÍVEIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Posição em 1 de Janeiro de 2013		80.000.000	4.500.000	4.029.234	5.715.131	41.577.132	1.966.672	174.213.279	9.722.723	321.724.171
Alterações no período										
Aplicação do RLE		-	-	972.272	1.825.325	3.462.563	-	-	(6.260.160)	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	(5.744.806)	-	(5.744.806)
Outras alterações reconhecidas no Capital próprio		-	-	-	-	-	437.622	-	-	437.622
Total		-	-	972.272	1.825.325	3.462.563	437.622	(5.744.806)	(6.260.160)	(5.307.184)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	12.379.794	12.379.794
Resultado integral		-	-	-	-	-	-	-	6.119.634	7.072.610
Operações com detentores de Capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	(3.462.563)	(3.462.563)
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		-	-	-	-	-	-	-	(3.462.563)	(3.462.563)
Posição no fim de 2013		80.000.000	4.500.000	5.001.506	7.540.455	45.039.695	2.404.294	168.468.473	12.379.794	325.334.218

O movimento das outras variações de capital próprio respeita a subsídios para investimento.

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	RESERVAS LEGAIS	RESERVA INDISPONÍVEL BENS REVERSÍVEIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Posição em 1 de Janeiro de 2012		80.000.000	4.500.000	3.192.168	4.732.838	41.577.132	(1.617.116)	175.315.193	9.352.955	317.053.169
Alterações no período										
Aplicação do RLE		-	-	837.066	982.293	-	3.348.265	-	(5.167.624)	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	(1.101.914)	-	(1.101.914)
Outras alterações reconhecidas no Capital próprio		-	-	-	-	-	235.524	-	-	235.524
Total		-	-	837.066	982.293	-	3.583.789	(1.101.914)	(5.167.624)	(866.390)
Resultado líquido do período									9.722.723	9.722.723
Resultado integral		-	-	-	-	-	-	-	4.555.099	8.856.333
Operações com detentores de Capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de Capital										
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	(4.185.331)	(4.185.331)
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		-	-	-	-	-	-	-	(4.185.331)	(4.185.331)
Posição no fim de 2012		80.000.000	4.500.000	4.029.234	5.715.131	41.577.132	1.966.672	174.213.279	9.722.723	321.724.171

5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO

		-euros-	
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - SNC	NOTA	2013	2012
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes		41.054.775	37.538.881
Pagamentos a fornecedores		(6.228.222)	(5.643.908)
Pagamentos ao pessoal		(9.604.839)	(7.769.041)
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(4.121.088)	(3.536.124)
Outros recebimentos/pagamentos		(6.256.259)	(6.538.724)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		14.844.366	14.051.084
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(2.794.287)	(16.647.621)
Ativos intangíveis		(326.849)	(268.237)
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		75.498	51.708
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	12.959.662
Juros e rendimentos similares		208	2.816
Dividendos		47.954	48.829
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(2.997.475)	(3.852.843)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	(99)
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		(3.462.563)	(4.185.331)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(3.462.563)	(4.185.431)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		8.384.328	6.012.810
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		7.579.368	1.566.558
Caixa e seus equivalentes no fim do período		15.963.696	7.579.368

6. NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2013

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Administração do Porto de Sines, atualmente designada por Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA de acordo com o DL 44/2014, de 20 de Março, (adiante designada por “APS” ou “empresa”) foi inicialmente constituída sob a forma de instituto público dotado de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Pelo DL n.º 337/98, de 3 de Novembro, foi transformada em Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos. A partir dessa data a APS passou a reger-se pelo referido diploma e pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objeto da Empresa.

A APS sucedeu assim automática e globalmente à Administração do Porto de Sines, e continuou a personalidade jurídica desta, conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica no momento da transformação. Mantiveram-se integrados no domínio público do Estado afetos à APS os terrenos, terraplenos e molhes de proteção situados dentro da área de jurisdição da Administração do Porto de Sines ou com ela confinantes, delimitada pelos contornos e linhas definidos pelos pontos constantes da planta anexa ao referido diploma que se manteve em vigor até à sua substituição pela planta anexa ao DL n.º 95/2010 que redefiniu a área de jurisdição da APS — Administração do Porto de Sines, S. A. (APS, S. A.), procedendo à alteração do DL n.º 337/98, de 3 de Novembro, alterado pelo DL n.º 46/2002, de 2 de Março e ainda os bens afetos à atividade de pesca, serviços de primeira venda e atividades conexas. Neste contexto, os bens de domínio público encontram-se afetos à atividade da Empresa, que os pode administrar livremente, nesse âmbito, mas não pode dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

Foram desafetados do domínio público do Estado, e integrados no património da APS, todos os equipamentos e edifícios, ainda que implantados sobre terrenos dominiais, afetos à Administração do Porto de Sines. A Empresa sucedeu ainda na titularidade de todos os bens, direitos e obrigações do Departamento de Pilotagem de Sines do Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP). Passaram também a constituir património da APS, os imóveis do INPP afetos ao Departamento de Pilotagem de Sines.

A APS tem sede na Rua do Porto Industrial, em Sines, Portugal. O seu principal centro de negócio é exercido no mesmo local. A APS, assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do Porto de Sines nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda a atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias. Assim, são competências da Empresa:

- a) atribuição de usos privativos e definição de respetivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens de domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução modificação e extinção de licença ou concessão;
- b) licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção de licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- c) expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) fixação das taxas a cobrar pela utilização do porto, dos serviços nele prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- e) proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- f) uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização.

Na sua área de jurisdição, só a APS pode conceder licenças para execução de obras diretamente relacionadas com a sua atividade e cobrar taxas inerentes às mesmas. As atribuições referentes à gestão da água na área de jurisdição da APS, incluindo a supervisão da sua qualidade, competem ao Instituto da Água e à respetiva Direção Regional do Ambiente. A APS terá de obter parecer prévio das entidades responsáveis pela proteção do

ambiente, no que respeita a utilização de edifícios ou de instalações a licenciar, de que possa resultar poluição de qualquer natureza.

No âmbito das orientações da política comum de transportes e da política nacional para o sector marítimo-portuário, a Empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão de autoridade portuária, através do acionamento dos processos de concessão ao sector privado das operações e infraestruturas portuárias, com o consequente afastamento da APS da área operacional (mais “Landlord Port” e menos “Tool Port”) e acentuando as funções de controlo e fiscalização e de autoridade portuária.

A empresa é detida integralmente pelo Estado Português, não sendo participada por qualquer sociedade mãe. A empresa foi inicialmente constituída com um capital social de 49.393.461,76 euros, tendo subsequentemente sido aumentado para 80.000.000,00 euros. Este reforço foi determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades e das reservas subjacentes ao valor de avaliação dos bens integrados nas contas aquando da sua constituição.

Por força do DL n.º 44/2014, transfere-se para a Empresa a responsabilidade direta dos portos comerciais de Faro e Portimão, atribuindo-se a jurisdição portuária e respetiva exploração dos mesmos, a qual até então era atribuída ao IPTM, IP.

A APS sucede assim ao IPTM na titularidade de todos os direitos e obrigações, posições patrimoniais, contratuais e administrativas, que se encontrem afetos ou que digam respeito à administração dos portos comerciais de Faro e Portimão. Decorrente desta atribuição são alterados os estatutos da APS, conforme previsto no art.º 14º do referido DL.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), devendo entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas. Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação dos comparativos das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012.

Para esse efeito e em conformidade com a NCRF 4 a APS reexpressou as suas Demonstrações Financeiras de 2012 de forma a acolher integralmente a alteração preconizada pela Comissão de Normalização Contabilística na revisão que efetuou à sua FAQ 13, a qual resultou numa reclassificação do Balanço, entre passivo corrente e passivo não corrente.

2.1. REEXPRESSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO 2012

No exercício de 2013 a APS efetuou a reexpressão das Demonstrações financeiras de 2012, em conformidade com a NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, por forma a permitir a comparabilidade das mesmas.

Esta reexpressão vem no seguimento da alteração preconizada pela Comissão de Normalização Contabilística na revisão que efetuou à sua FAQ 13 na parte em que preconiza que o valor deduzido aos subsídios para prever o pagamento futuro de impostos sobre o rendimento deixe de estar registado em passivos por impostos diferidos e passe a registar-se em outras contas a pagar (corrente e não corrente).

Reconciliação entre o Balanço aprovado na Assembleia Geral de 2 de Julho de 2013 e o Balanço Reexpresso

RUBRICAS	31-12-2012	AJUSTAMENTO	BALANÇO REEXPRESSO
ATIVO			
Ativos não correntes			
Ativos Fixos Tangíveis	376.298.817	-	376.298.817
Ativos Fixos Tangíveis - Bens reversíveis	57.902.431	-	57.902.431
Propriedades de Investimento	76.021	-	76.021
Ativos intangíveis	653.925	-	653.925
Ativos Intangíveis - Bens reversíveis	19.769.456	-	19.769.456
Participações Financeiras - Outros Métodos	434.265	-	434.265
Ativos por impostos diferidos	1.564.659	-	1.564.659
	456.699.574	-	456.699.574
Ativo corrente			
Inventários	425.803	-	425.803
Clientes	7.147.023	-	7.147.023
Adiantamentos a fornecedores	1.451	-	1.451
Estado e outros entes públicos	-	-	-
Outras contas a receber	1.728.529	-	1.728.529
Diferimentos	673.469	-	673.469
Caixa e outros depósitos bancários	7.579.368	-	7.579.368
	17.555.643	-	17.555.643
Total do ativo	474.255.217	-	474.255.217
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	80.000.000	-	80.000.000
Outros instrumentos de capital próprio	4.500.000	-	4.500.000
Reservas legais	4.029.234	-	4.029.234
Reserva indisponível - Bens reversíveis	5.715.131	-	5.715.131
Outras reservas	41.577.132	-	41.577.132
Resultados Transitados	1.966.672	-	1.966.672
Outras variações no capital próprio	174.213.279	-	174.213.279
Resultado líquido do período	9.722.723	-	9.722.723
Total do capital próprio	321.724.171	-	321.724.171
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	3.212.672	-	3.212.672
Financiamentos Obtidos	-	-	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	2.546.749	-	2.546.749
Passivos por impostos diferidos	70.667.370	(67.917.388)	2.749.982
Bens reversíveis - Diferimentos	61.854.030	-	61.854.030
Outras contas a pagar	1.501.061	65.686.067	67.187.127
	139.781.882	(2.231.321)	137.550.561
Passivo Corrente			
Fornecedores	871.117	-	871.117
Estado e outros entes públicos	1.627.664	-	1.627.664
Financiamentos Obtidos	-	-	-
Outras contas a pagar	3.271.448	2.231.321	5.502.769
Diferimentos	6.978.935	-	6.978.935
	12.749.163	2.231.321	14.980.484
Total do passivo	152.531.045	-	152.531.045
Total do Capital Próprio e do Passivo	474.255.217	-	474.255.217

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

a. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

- Edifícios e outras construções - 10 a 50
- Equipamento básico - 2 a 15
- Equipamento de transporte - 2 a 10
- Equipamento administrativo - 2 a 10

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

b. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado. Não é considerada qualquer quantia residual.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a amortização desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

c. Bens Reversíveis adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviços públicos e de uso privativo, que reverterem para as Autoridades Portuárias (AP's)

As Administrações Portuárias desenvolveram sob a égide da APP um trabalho conjunto, na sequência de parecer da Comissão de Normalização Contabilística, no desenvolvimento de políticas contabilísticas comuns para os bens a reverter, que baseadas nos princípios do SNC, o complementam. Essas políticas aplicam-se apenas aos bens cuja vida útil em novo ultrapassa o termo das concessões e que, por esse motivo, o seu valor é determinável seguindo regras semelhantes às aplicadas aos restantes ativos.

Nestes termos define-se a política contabilística, a adotar pelas Administrações Portuárias no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, como se indica:

1. Âmbito

Pretende-se expressar a política contabilística a adotar pelas Administrações Portuárias no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente, para as Administrações Portuárias, no final dos respetivos contratos.

Foram tomados em consideração o parecer da Comissão de Normalização Contabilística datado de 3 de Janeiro de 2012 e o princípio do custo-benefício na preparação das demonstrações financeiras, em particular a minimização de custos na identificação e mensuração de ativos e a objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as Administrações Portuárias.

2. Reconhecimento

2.1.1 Registo contabilístico

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que as Administrações Portuárias beneficiam de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público e/ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, será incorporada no ativo intangível da concedente a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias que serão incorporadas no ativo tangível da concedente. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo intangível será reconhecido na conta 445 – Concessões – Bens a reverter (esta conta poderá ser subdividida em 4451 – Concessões – Bens a reverter em contratos de serviço público e 4452 – Concessões – Bens a reverter em contratos de usos privativos) por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

No caso específico das infraestruturas portuárias, o ativo tangível será reconhecido em subconta apropriada da conta 432 – Edifícios e outras construções por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

O ativo deverá ser amortizado/depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos serão reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão. As quantias correspondentes à diferença entre a amortização/depreciação do ativo intangível e o rendimento do período, incluídas nos resultados líquidos anuais, serão transferidas, no período imediatamente seguinte, para a conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 – Concessões – Bens a reverter. O ativo tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária. O saldo respetivo da conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões será transferido para a conta 595 – Outras variações no capital próprio – Concessões.

2.1.2 Mensuração

A mensuração inicial será realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário será obtido com base em informação contabilística a fornecer pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão serão incorporados nos períodos da sua realização.

2.1.3 Divulgação em anexo

Na nota 6 procedeu-se às divulgações aplicáveis (ver parágrafos 117 a 119 da NCRF 6), com especial ênfase para:

- Descrição dos bens, contratos e direitos de reversão envolvidos;
- Os critérios de reconhecimento;
- Os critérios de mensuração inicial e subsequente;

- As quantias brutas, amortizações/depreciações acumuladas.

2.1.4 Notas adicionais

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o reconhecimento de ativos nas contas da concedente apenas no momento da efetiva realização desses investimentos. Sempre que um contrato de concessão incluir condição que implique o pagamento pela administração portuária de montante relativo à reversão de bens, essa condição dará lugar ao reconhecimento de passivo pela parte relativa à obrigação no momento em que esta obrigação se torne certa (ex.: nos contratos de concessão de serviço público que impliquem o pagamento de indemnização pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato, apenas se procederá ao reconhecimento no momento da efetiva realização destes investimentos). Proceder-se-á, igualmente, aos restantes registos contabilísticos de reconhecimento do ativo, sendo a rubrica de rendimentos a reconhecer creditada pela diferença entre o montante dos ativos e dos passivos (indemnização contratual) reconhecidos. No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da 432 – Edifícios e outras construções por contrapartida de 78 - Outros Rendimentos e Ganhos.

Proceder-se-á ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

d. Participações financeiras

A rubrica “participações financeiras – outros métodos” inclui os investimentos numa participada na qual a empresa não exerce controlo (o que ocorreria se a empresa controlasse direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detivesse o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) nem influência significativa (o que ocorreria se a empresa participasse nas decisões financeiras e operacionais da empresa o que geralmente ocorre nos investimentos que representam entre 20% a 50% do capital de uma empresa).

As participações financeiras são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada. Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respetivo recebimento por parte da empresa, e são relevados em “Juros e outros rendimentos similares”.

e. Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a contas a receber.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

f. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

g. Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

h. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao valor de mercado.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

j. Ativos e Passivos Financeiros

➤ Clientes

Nos termos da NCRF 27 as entidades podem utilizar dois métodos para mensurar as contas de clientes: i) o método do custo, ou ii) o método do custo amortizado.

A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de clientes são mensuradas ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal,

a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

➤ Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo amortizado.

➤ Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

k. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

l. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício.

m. Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando: i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens; ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos; iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada; iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as

transações fluam para a empresa; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os restantes réditos e gastos são registados de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos gerados são registados nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

n. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e pressupostos assumidos pelo órgão de gestão foram efetuados com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

o. Subsídios do governo

Na preparação das demonstrações financeiras a entidade regista os subsídios para investimento desde que seja certo que serão cumpridas as condições ao seu acesso e que os mesmos serão recebidos. Estes subsídios são reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e racional durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

O efeito fiscal relativo aos subsídios ao investimento encontra-se registado no Passivo – Outras contas a pagar (corrente e não corrente).

No caso dos subsídios relacionados com rendimentos os mesmos são reconhecidos quando cumpridas as condições do seu recebimento e afetos ao período em que ocorre o gasto relacionado.

p. Pensões de reforma

Nos termos do artigo nº 16 do DL nº 337/98, de 3 de Novembro, a APS ficou obrigada a contribuir, em conjunto com as outras Administrações, para a manutenção do fundo de aposentações do INPP - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, criado pelo DL nº 188/89, de 3 de Junho, relativamente aos/às aposentados/as que integravam o ex-departamento de pilotagem. A Empresa possui ainda uma responsabilidade relacionada com o pagamento de pensões vitalícias, de sobrevivência e de sangue a alguns/algumas aposentados/as, previstas, respetivamente, no DL 498/72 de 9/12 e DL 125/94 de 18/5.

A partir do exercício de 2005 (inclusive), a Empresa passou a adotar a Norma Internacional de Contabilidade nº 19, face à entrada em vigor do SNC passou-se a aplicar a NCRF 28, que deriva da adaptação do anterior normativo, para reconhecimento destas responsabilidades (ver Nota 17).

O financiamento destas responsabilidades, as quais são avaliadas por estudo atuarial desenvolvido anualmente por entidade independente, foram registadas na rubrica Benefícios pós emprego (ver Nota 17).

Os desvios atuariais, caso existam, são registados em rubricas de Capital próprio.

q. Benefícios de ação social pós-emprego (assistência médico-medamentosa e assistência hospitalar)

A Empresa tem instituído determinados benefícios de ação social pós-emprego para os/as colaboradores/as afetos/as à Caixa Geral de Aposentações e seus familiares. O financiamento destas responsabilidades, as quais são avaliadas por estudo atuarial desenvolvido anualmente por entidade independente, foram registadas na rubrica Benefícios pós emprego (ver Nota 17).

A partir do exercício de 2005 (inclusive), a Empresa passou a adotar a Norma Internacional de Contabilidade nº 19, face à entrada em vigor do SNC passou-se a aplicar a NCRF 28, que deriva da adaptação do anterior normativo, para reconhecimento destas responsabilidades (ver Nota 17).

r. Propriedades de investimento

Na mensuração das propriedades de investimentos a empresa utiliza o modelo do custo.

s. Periodização económica

A empresa regista os seus réditos e gastos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os réditos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são faturados, sendo as diferenças registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos conforme detalhe na nota 14.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Não existem, em 31 de Dezembro do período de relato saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para utilização. Os saldos de caixa e seus equivalentes discriminam-se como se segue:

Disponibilidades

DESCRIÇÃO	-euros-		
	2013	2012	VARIAÇÃO %
Depósitos à ordem	15.963.696	7.579.368	110,62
Totais	15.963.696	7.579.368	110,62

5. ATIVO FIXO TANGÍVEL

A composição e os movimentos ocorridos, por natureza, do ativo fixo tangível e respectivas depreciações, no período de relato são como se indica nos quadros seguintes:

2013

DESIGNAÇÃO	-euros-					
	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	ABATES	SALDO FINAL
Tangível-Terrenos/Recursos Naturais	4.749.399	-	-	-	-	4.749.399
Tangível-Edifícios/Construções	65.913.349	178.327	-	-	-	66.091.676
Ativo Fixo Tangível - Bens do Domínio Público	393.583.498	69.608	-	-	-	393.653.106
Equipamento Básico	12.144.163	397.095	-	-	-	12.541.258
Equipamento de Transporte	1.403.641	254.193	(310.785)	-	-	1.347.050
Equipamento Administrativo	3.931.208	326.254	(2.164)	-	(5.419)	4.249.880
Ativo Tangível-Outros	517.989	9.724	-	-	-	527.713
Ativo Tangível em Curso	15.750	641.524	-	-	-	657.273
Subtotal	482.258.998	1.876.724	(312.948)	-	(5.419)	483.817.355
Ativo Fixo Tangível - Bens reversíveis	64.885.566	-	-	-	-	64.885.566
Total	547.144.564	1.876.724	(312.948)	-	(5.419)	548.702.921

2012

-euros-

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	ABATES	SALDO FINAL
Tangível-Terrenos/Recursos Naturais	4.749.399	-	-	-	-	4.749.399
Tangível-Edifícios/Construções	65.293.671	161.900	-	457.778	-	65.913.349
Ativo Fixo Tangível - Bens do Domínio Público	359.346.137	13.730.355	-	20.507.007	-	393.583.498
Equipamento Básico	12.459.521	83.314	-	(398.446)	(225)	12.144.163
Equipamento de Transporte	1.514.154	139.745	(250.257)	-	-	1.403.641
Equipamento Administrativo	3.689.239	54.301	-	205.779	(18.112)	3.931.208
Ativo Tangível-Outros	512.740	7.740	-	-	(2.491)	517.989
Ativo Tangível em Curso	20.519.007	3.750	-	(20.507.007)	-	15.750
Subtotal	468.083.868	14.181.104	(250.257)	265.111	(20.829)	482.258.998
Ativo Fixo Tangível - Bens reversíveis	55.193.916	9.691.650	-	-	-	64.885.566
Total	523.277.784	23.872.754	(250.257)	265.111	(20.829)	547.144.564

Depreciações e Imparidades acumuladas de Ativos fixos tangíveis

2013

-euros-

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Terrenos	2.288.563	-	-	2.288.563
Tangível-Edifícios/Construções	21.498.683	2.590.624	-	24.089.307
Ativo Fixo Tangível - Bens do Domínio Público	70.149.784	8.721.446	-	78.871.230
Equipamento Básico	7.147.877	803.363	-	7.951.240
Equipamento de Transporte	1.129.057	130.749	(271.842)	987.963
Equipamento Administrativo	3.498.906	242.106	(7.433)	3.733.580
Ativo Tangível-Outros	247.311	12.459	-	259.770
Subtotal	105.960.181	12.500.747	(279.274)	118.181.653
Ativo Fixo Tangível - Bens reversíveis	6.983.135	1.297.711	-	8.280.847
Total	112.943.316	13.798.458	(279.274)	126.462.500

2012

-euros-

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Terrenos	2.288.563	-	-	2.288.563
Tangível-Edifícios/Construções	18.458.598	2.597.072	443.013	21.498.683
Ativo Fixo Tangível - Bens do Domínio Público	61.779.856	8.369.928	-	70.149.784
Equipamento Básico	6.415.526	1.108.620	(376.269)	7.147.877
Equipamento de Transporte	1.110.735	242.316	(223.993)	1.129.057
Equipamento Administrativo	3.050.643	266.368	181.896	3.498.906
Ativo Tangível-Outros	237.845	11.957	(2.491)	247.311
Subtotal	93.341.766	12.596.260	22.156	105.960.181
Ativo Fixo Tangível - Bens reversíveis	5.814.646	1.168.489	-	6.983.135
Total	99.156.412	13.764.749	22.156	112.943.316

Pela sua relevância nas demonstrações financeiras listam-se os bens que, nos termos do DL 337/98, são considerados bens de domínio público, afetos à APS e que não podem ser alienados ou onerados.

A imparidade registada na rubrica de Terrenos, respeita a um terreno afeto à ZAL e a mesma foi determinada tendo por base uma avaliação efetuada em 2011 por entidade independente.

Bens do domínio público

-euros-

DESCRIÇÃO	2013			2012
	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LIQUIDO	VALOR LIQUIDO
Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sine	55.570.335	8.315.276	47.255.059	48.366.943
Terminal XXI Acessos terrestres com rotunda de nível	90.180	39.502	50.678	54.679
Talude de retenção do molhe Oeste	3.357.514	417.279	2.940.235	3.006.932
Viaduto Especial	2.909.883	980.648	1.929.235	2.026.917
Acessibilidades Rodo Ferroviárias à Zona Leste Porto	12.776.734	4.957.990	7.818.744	8.457.009
Moinho de Monte Chãos pedreira de Sines	79.824	58.647	21.177	29.118
Sinalização do Ramal ferroviário do Terminal XXI	923.375	836.537	86.838	202.622
Via-férrea	19.480	5.999	13.481	14.259
Regularização do talude a sul do posto 2 do TP	17.100	7.054	10.046	10.901
Iluminação do Molhe Leste	39.119	32.639	6.480	11.339
Molhe Oeste	87.043.725	14.993.375	72.050.350	73.513.301
Terraplenos do Terminal Petrolero	4.080.167	4.080.167	-	306.013
Terraplenos do Terminal Petroquímico	2.444.110	2.444.110	-	183.308
Molhe do Porto de Pesca	2.993.815	472.225	2.521.590	2.567.646
Obras Interiores Porto de Pesca	3.754.749	935.074	2.819.675	2.914.454
Molhe do Porto de Recreio	4.144.262	569.925	3.574.337	3.629.969
Obras Interiores Porto Recreio	2.455.831	629.307	1.826.525	1.887.920
Ampliação da área de serviço (1ª fase)	33.574	3.231	30.343	32.036
Molhe do Porto de Construção	9.477.908	4.418.443	5.059.466	5.490.058
Obras Interiores Porto Construção	9.437.755	2.764.549	6.673.206	6.942.830
Molhe do Terminal de Carvão	77.404.071	12.209.227	65.194.844	66.385.617
Obras Interiores Terminal Carvão	50.541.695	10.788.455	39.753.240	40.806.306
Posto de Descarga Provisória de Carvão	2.618.689	725.278	1.893.411	1.964.192
Via Rápida 52	1.751.778	897.786	853.992	941.581
Via Rápida 53	4.696.135	2.291.044	2.405.091	2.651.767
Viaduto na VR 53	636.965	217.724	419.241	440.468
Ampliação do terminal Multipurpose do porto Sines	20.011.184	3.902.157	16.109.027	16.509.251
Terraplenos do Terminal Multipurpose	22.865	10.575	12.290	13.433
Sinalização Vertical na Área de Jurisdição da APS	29.351	10.395	18.956	22.624
2ª Fase de Ampliação do Molhe Leste do Porto Sines	34.290.933	856.610	33.434.323	34.050.218
Totais	393.653.106	78.871.230	314.781.876	323.433.714

A APS tem compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis no montante inferior a 248.000,00 euros (2012): 1.000.000,00 euros.

6. RECONHECIMENTO E REGISTO DE BENS REVERSÍVEIS

As concessões que se enquadram na política contabilística adotada pelas AP's e descrita na nota 3) c. são as seguintes:

CONCESSÃO	Terminal Petroquímico
Concessionário	REPSOL POLIMEROS, LDA.
Data de início	2006/01/01
Prazo	20 anos
Equipamentos	Não tem bens reversíveis passíveis de registo de acordo com a política contabilística adotada para esse efeito.
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	Os bens afetos à concessão reverterão para a APS, livres de qualquer ónus ou encargos, salvo aqueles cuja oneração ela tiver consentido, tendo a Repsol direito a uma indemnização respeitante, exclusivamente, aos investimentos e encargos com manutenção e conservação por si efetuados no objeto da concessão e que ainda não se encontrem amortizados pelo decurso do prazo, correspondente ao respetivo valor líquido contabilístico (nº 4 cl. 12ª)

CONCESSÃO	Terminal Multipurpose do Porto de Sines
Concessionário	PORTSINES-TERMINAL MULTIPURPOSE DE SINES, S.A.
Data de início	1992/05/02
Prazo	25 anos
Equipamentos	Ver quadro seguinte
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	Os bens afetos à concessão reverterão gratuitamente para a Concedente, livres de quaisquer ónus ou encargos, salvo aqueles cuja oneração ela tiver consentido (cl. XXXIV). A concessionária terá no entanto direito a uma indemnização correspondente ao valor histórico, líquido de amortizações, dos investimentos realizados nos últimos cinco anos em equipamento para movimentação de carga geral, com exclusão do carvão, desde que tais investimentos tenham sido aprovados por escrito pela Concedente (nº 5 cl. X)

A aplicação da política contabilística adotada determinou o registo dos ativos seguintes com valores registados a 31/12/2013.

- euros -			
DESIGNAÇÃO DOS BENS COM REVERSÃO	VALOR AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR CONTABILÍSTICO
Cobertura parque estacionamento	5.600	2.287	3.313
Separadores de Hidrocarbonetos	37.126	12.685	24.441
Edifício EAC	123.130	49.765	73.365
Drenagem e Pavimentação entre Torres TS2-TS11-TS12	3.851	3.161	690
Edifício Administrativo	4.146.045	2.073.023	2.073.023
Vedações Ligeiras - ISPS CODE	14.131	8.341	5.790
Vedação Parque dos Resíduos	3.180	1.723	1.458
Válvula Mural para a ETAR	3.950	2.008	1.942
Unidade de Tratamento de absorventes contaminados	880	396	484
Bobcat S220	17.500	7.083	10.417
Soma	4.355.394	2.160.471	2.194.922

CONCESSÃO	Serviço Público de Abastecimento de Bancas por Meios Terrestres Fixos nos Terminais Petrolífero e Petroquímico
Concessionário	PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL, S.A.
Data de início	2003/06/01
Prazo	10 anos + 5 anos
Equipamentos	Ver quadro seguinte
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	A reversão para a concedente dos bens afetos à concessão será feita livre de ónus ou encargos, à exceção daqueles cuja oneração a concedente tiver consentido e mediante o pagamento à concessionária do montante que for fixado por avaliação, efetuada por entidade independente, a designar por mútuo acordo ou, na sua falta, pelo presidente do Tribunal da relação de Évora, a qual terá por base o estado de operacionalidade e o tempo de vida útil dos equipamentos, à data da avaliação (nº 4 cl. 14ª)

A aplicação da política contabilística adotada determinou o registo dos ativos seguintes com valores registados a 31/12/2013.

- euros -			
DESIGNAÇÃO DOS BENS COM REVERSÃO	VALOR AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR CONTABILÍSTICO
Tanque Gasóleo - APS	142.196	38.314	103.882

CONCESSÃO	Porto de Pesca de Sines
Concessionário	DOCAPESCA - PORTOS E LOTAS, S.A.
Data de início	1994/09/28
Prazo	25 anos
Infraestrutura	Não disponível
Equipamentos	Ver quadro seguinte
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	No termo da concessão a concessionária entregará à concedente, sem direito a qualquer indemnização, o porto de pesca concedido, com todas as instalações que recebeu ou tiverem sido posteriormente construídas pela concedente (nº 1 cl. 15ª)

A aplicação da política contabilística adotada determinou o registo dos ativos seguintes com valores registados a 31/12/2013.

- euros -			
DESIGNAÇÃO DOS BENS COM REVERSÃO	VALOR AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR CONTABILÍSTICO
Ed. Armazéns Aprestos, Obras Construção	367.729	194.590	173.139
Módulos Ap. Rampa Varadouro, Construção	175.480	44.601	130.879
Módulos Ap. Rampa Varadouro, Vedações	5.430	2.300	3.130
Ed. Fabrica Gelo (Edifício B), Obra Construção	160.472	40.118	120.354
Ed. Fabrica Gelo, Vedação Área Envolvente	3.718	1.549	2.169
Posto Transformação 800KVA (Porto Pesca)	87.168	19.976	67.192
Soma	799.997	303.135	496.863

CONCESSÃO	Terminal de Granéis Líquidos e da Gestão Integrada de Resíduos do Porto de Sines
Concessionário	CLT - COMPANHIA LOGÍSTICA DE TERMINAIS MARÍTIMOS, S.A.
Data de início	2008/08/01
Prazo	30 anos
Equipamentos	Não tem bens reversíveis passíveis de registo de acordo com a política contabilística adotada para esse efeito.
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	Com exceção das instalações desmontáveis, que poderão ser livremente retiradas pela Concessionária a expensas suas, reverterem para a Concedente todos os bens que integram o estabelecimento da Concessão, livres de ónus ou encargos, em bom estado de conservação, funcionamento e segurança. Excetua-se, quanto ao direito de indemnização, os investimentos de substituição ou de atualização tecnológica realizados pela Concessionária durante os últimos 8 (oito) anos de vigência do Contrato, mediante aprovação expressa da Concedente, no caso em que esta tenha assumido o compromisso de indemnizar aquela, no termo do prazo da Concessão, pelo respetivo valor contabilístico atualizado líquido de amortizações (cl. 30ª)

CONCESSÃO	Terminal de Contentores do Porto de Sines
Concessionário	PSA SINES - TERMINAIS DE CONTENTORES, S.A.
Data de início	1999/09/28
Prazo	30 anos
Equipamentos	Ver quadro seguinte
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	Todos os Bens Imóveis e Móveis serão transferidos para a APS em estado de conservação razoável (tendo em consideração o desgaste natural dos bens), e em consideração pelo mesmo, a APS pagará ao Concessionário uma quantia por cada um dos Bens assim transferidos com base na fórmula seguinte: Preço do bem X Restante tempo de vida / Tempo de vida. A aquisição de qualquer equipamento nos últimos oito (anos) do Prazo de Duração deverá ser aprovada pela APS e as obrigações da APS determinadas nesta secção 15 só serão aplicadas relativamente ao equipamento cuja aquisição tenha sido por ela aprovada (Secção 15)

A aplicação da política contabilística adotada determinou o registo dos ativos seguintes com valores registados a 31/12/2013.

- euros -

DESIGNAÇÃO DOS BENS COM REVERSÃO	VALOR AQUISIÇÃO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR CONTABILÍSTICO
Cais de Acostagem	20.390.617	4.248.045	16.142.572
Cais de Acostagem	34.423	6.426	27.997
Cais de Acostagem	19.359.674	1.000.250	18.359.424
Cais de Acostagem	8.016	1.082	6.934
Cais de Acostagem	6.580	790	5.790
Parque de Contentores	7.803.141	1.625.654	6.177.487
Parque de Contentores	10.550	1.969	8.581
Parque de Contentores	9.248	1.233	8.015
Parque de Contentores	1.340.089	134.009	1.206.080
Parque de Contentores	1.231.755	145.758	1.085.997
Plataforma de caminho-de-ferro	4.021.314	770.752	3.250.562
Plataforma de caminho-de-ferro	978.509	86.435	892.074
Parque de Contentores	9.691.650	258.444	9.433.206
Edifício Administrativo	2.756.002	574.167	2.181.835
Edifício Alfândega	449.001	39.662	409.339
Acesso pedonal	37.478	2.311	35.167
Edifício Cantina-melhoramentos	51.965	3.464	48.501
Grua de Cais 05	6.218.260	570.007	5.648.253
Edifício Nova Portaria	40.512	2.701	37.811
Edifício Balneários-extensão	187.197	12.480	174.717
Grua de Cais 04	6.425.893	615.815	5.810.078
Grua de Cais 06 (ver nota 8)	6.227.001	259.458	5.967.543
Soma	87.278.876	10.360.912	76.917.964

CONCESSÃO	Estação Bombagem LPG
Concessionário	SIGÁS - ARMAZENAGEM DE GÁS, ACE
Data de início	20-10-2000
Prazo	15 anos
Equipamentos	Ver quadro seguinte
Reversão do estabelecimento da concessão pelo decurso do prazo	A extinção da Concessão produzirá os efeitos previstos nos artigos 26º, 27º e 28º do DL nº 468/71, de 5 de Novembro, nomeadamente, findo o prazo da concessão, as instalações fixas reverterão gratuitamente para a Concedente.

A aplicação da política contabilística adotada determinou o registo dos ativos seguintes com valores registados a 31/12/2013. A aplicação da política contabilística adotada determinou o registo dos ativos seguintes:

- euros -

DESIGNAÇÃO DOS BENS COM REVERSÃO	VALOR AQUISIÇÃO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR CONTABILÍSTICO
Construção Civil	3.700.154	2.235.510	1.464.644

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A composição e os movimentos ocorridos, por natureza, do ativo registado como propriedades de investimento no período de relato são como se indica nos quadros seguintes:

2013

-euros-

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	ABATES	SALDO FINAL
Propriedades de Investimento	93.118	-	-	-	-	93.118

2012

-euros-

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	ABATES	SALDO FINAL
Propriedades de Investimento	93.118	-	-	-	-	93.118

As respetivas depreciações são as seguintes:

2013

-euros-

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Propriedades de Investimento	17.097	1.839	-	18.936

2012

-euros-

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Propriedades de Investimento	15.258	1.839	-	17.097

As propriedades de investimento detidas pela APS caracterizam-se por edifícios de habitação e atingem à data do relato o montante de 93.118 euros, sendo o valor líquido de 74.182 euros.

O critério de mensuração é o previsto na NCRF n.º 11 parágrafo 58 (modelo do custo).

Não se indica o justo valor das propriedades de investimento por não se justificar a avaliação devido ao seu reduzido valor e carácter residual.

8. ATIVO INTANGÍVEL

A composição e os movimentos ocorridos, por natureza, do Ativo Intangível no período de relato são como se indica nos quadros seguintes:

2013

-euros-

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	ABATES	SALDO FINAL
Projetos de desenvolvimento	-	1.020	-	-	-	1.020
Programas de computador	2.099.114	555.405	-	27.546	-	2.682.065
Ativo Intangível em Curso	129.706	(39.615)	-	(27.546)	-	62.545
Subtotal	2.228.820	516.810	-	-	-	2.745.630
Ativo Intangível - Bens reversíveis	25.164.050	6.227.001	-	-	-	31.391.051
Total	27.392.870	6.743.811	-	-	-	34.136.681

2012

-euros-

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	ABATES	SALDO FINAL
Programas de computador	2.345.565	18.661	-	(265.111)	-	2.099.114
Ativo Intangível em Curso	92.630	37.075	-	-	-	129.706
Subtotal	2.438.195	55.736	-	(265.111)	-	2.228.820
Ativo Intangível - Bens reversíveis	12.240.222	12.923.828	-	-	-	25.164.050
Total	14.678.417	12.979.563	-	(265.111)	-	27.392.870

As respetivas depreciações foram as seguintes:

2013

-euros-

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Projetos de desenvolvimento	-	85	-	85
Programas de computador	1.574.895	299.387	-	1.874.282
Subtotal	1.574.895	299.472	-	1.874.367
Ativo Intangível - Bens reversíveis	5.394.593	1.422.901	-	6.817.495
Totais	6.969.489	1.722.374	-	8.691.862

2012

-euros-

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Programas de computador	1.486.010	355.863	(266.978)	1.574.895
Ativo Intangível - Bens reversíveis	4.319.066	1.075.527	-	5.394.593
Totais	5.805.077	1.431.390	-266.978	6.969.489

Os ativos intangíveis foram gerados por entidades externas. A generalidade dos itens de ativos intangíveis têm vida finita sendo amortizados conforme descrito anteriormente. Com exceção dos Bens Reversíveis, que estão na posse e em exploração pelos concessionários e que teriam sido registados como Ativos Fixos Tangíveis caso tivessem sido adquiridos para exploração pela APS, a empresa não detém qualquer outro Ativo Intangível cuja titularidade esteja restringida nem dado como garantia de passivos.

A APS tem compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis no montante inferior a 121.000,00 (2012: 209.392,34 euros).

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS

2013

-euros-

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	ABATES	SALDO FINAL
Investimentos Financeiros	502.222	-	-	-	-	502.222

2012

-euros-

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	ABATES	SALDO FINAL
Investimentos Financeiros	502.222	-	-	-	-	502.222

As respetivas imparidades são as seguintes:

2013

-euros-

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Investimentos Financeiros	67.957	-	-	67.957

2012

-euros-

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Investimentos Financeiros	67.957	-	-	67.957

A APS participa nas sociedades seguintes, com as percentagens de capital indicadas:

ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.

SEDE: Rua 24 de Julho nº 1 - 7000-171 Évora

PARTICIPAÇÃO: 3,6% no montante de 23.213 € (2012: 3,6% - 21.871 €)

CAPITAIS PRÓPRIOS 2013: 644.800 € (2012: 607.529 €)

RESULTADO LÍQUIDO 2013: 2.323 € (2012: 3.663 €)

O custo de aquisição desta participação foi de 17.956,72 e foi registada imparidade pelo mesmo valor em 2010

AICEP GLOBAL PARQUES – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, SA.

SEDE: BlueBiz - Estrada do Vale da Rosa - 2910-845 Setúbal

PARTICIPAÇÃO 2012: 2,15% no montante de 434.265 € (2011: 2,15% - 434.265 €)

CAPITAIS PRÓPRIOS 2012: 27.293.387 € (2011: 27.216.727 €)

RESULTADO LÍQUIDO 2012: 2.346.420 € (2011: 2.389.225 €)

DIVIDENDOS ATRIBUÍDOS EM 2013 REFERENTES EXERC. 2012: 47.954 € (2012: 48.829)

EDAB - Empresa para o Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S.A.

SEDE: Rua Fernando Namora nº 20 - 7800-502 Beja

PARTICIPAÇÃO: 1,25% no montante de 50.000,00 € (2010: 1,25% - 50.000,00 €)

CAPITAIS PRÓPRIOS 2010: 20.815.802 € (2009: 19.292.713 €)

RESULTADO LÍQUIDO: 0 € (2009: 5 €)

O custo de aquisição desta participação foi de 50.000,00 e foi registada imparidade pelo mesmo valor em 2010.

A EDAB está em processo de liquidação.

10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O valor do imposto corrente e os saldos verificados nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foi como segue:

Imposto corrente

DESCRIÇÃO	-euros-		
	2013	2012	VARIAÇÃO %
Imposto do período	4.029.317	3.306.338	21,87
Imposto diferido	824.791	(408.707)	-301,80
Imposto corrente	4.854.108	2.897.630	67,52

Impostos diferidos

DESCRIÇÃO	-euros-		
	2013	2012	VARIAÇÃO %
Impostos diferidos Ativos	1.306.267	1.564.659	-16,51
Impostos diferidos Passivos *	3.316.381	2.749.982	20,60

* - Os valores de 2012 de impostos diferidos passivos encontram-se reexpressos.

Apuramento do imposto em Imposto corrente e Imposto Diferido

-euros-

	2013	2012
Resultado antes de Imposto	17.233.901	12.620.353
Apuramento do Lucro Tributável (i)		
Variações Patrimoniais	(346.827)	(346.827)
Gastos não dedutíveis	941.088	1.117.734
Rendimentos não tributáveis	(3.295.403)	(2.234.459)
	(2.701.143)	(1.463.553)
Lucro Tributável	14.532.759	11.156.801
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	3.851.181	2.956.552
Efeito 12,5% até 12.500€ do LT	-	-
Derrama estadual	531.638	312.840
Tributação autónoma	18.636	36.945
Impostos diferidos	824.791	(408.707)
Dedução à coleta - Benefício CFEI	(372.138)	-
Imposto sobre o rendimento	4.854.108	2.897.630
Imposto s/ rendimento corrente	4.029.317	3.306.338
Imposto s/ rendimento diferido	824.791	(408.707)
Imposto s/ rendimento	4.854.108	2.897.630
Taxa efetiva de imposto	28,2%	23,0%
(i) Apuramento do Lucro Tributável		
Variações Patrimoniais	(346.827)	(346.827)
Gastos não dedutíveis		
Provisões não dedutíveis	-	928.850
Gastos com benefícios pós emprego	126.206	143.829
Outros	814.882	45.055
	941.088	1.117.734
Rendimentos não tributáveis		
Resultado decorrente do registo de bens reversíveis	(2.028.022)	(1.837.693)
Redução de Provisões não tributadas	(992.802)	(149.467)
Outros	(274.579)	(247.300)
	(3.295.403)	(2.234.459)
	(2.701.143)	(1.463.553)

Lei 49/2013 - CFEI (Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento)

Regras consideradas:

- 20% das despesas elegíveis nos termos da Lei com limite máximo de 5.000.000,00 euros.
- O benefício traduz-se em 20% da despesa elegível.
- A utilização do benefício que não é cumulável relativamente às despesas de investimento tem como limite 70% da coleta de cada exercício.
- Face ao resultado verificado é dedutível em 2013 até à sua concorrência.

		-euros-
	AQUISIÇÕES ELEGÍVEIS	BENEFICIO CFEI
Ativo Tangível em Curso	643.024	128.605
Ativo Tangível - Outros	876	175
Equipamento Básico	372.783	74.557
Equipamento de Transporte	49.157	9.831
Equipamento Administrativo	307.233	61.447
Programas de computador	308.272	61.654
Projetos de desenvolvimento	1.020	204
Tang-Edifícios/Construções	178.327	35.665
Totais	1.860.691	372.138

Apuramento dos impostos diferidos

A taxa aplicada em 2013 para cálculo dos impostos diferidos foi de 28,10%, a qual resulta do apuramento de uma taxa média teórica expetável, com base na taxa legal de 2014 ponderada pela aplicação da derrama estadual que prevê 3% para resultados entre 1,5 e 7,5 milhões de euros 5% para resultados entre 7,5 e 35 milhões de euros e de 7% para resultados superiores a 35 milhões de euros. No cálculo dos impostos diferidos referentes a 2012 a empresa utilizou a taxa de 28,10%.

Impostos diferidos Ativos**2013**

				-euros-
IMPOSTO DIFERIDOS ATIVOS 2013	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO FINAL
Impostos diferidos - Efeito de transição POC/SNC	693.655	-	346.828	346.827
Casa de Santo André	43.484	-	1.071	42.413
Imparidades de clientes	85	779.373	-	779.458
ID - Estudo atuarial	2.546.749	-	367.421	2.179.328
ID - Provisão para reestruturação	1.970.546	-	991.732	978.814
Pedreira (anos 2008 e 2009)	313.664	8.132	-	321.796
Total	5.568.183	787.505	1.707.051	4.648.637
Imposto diferido cativo (taxa 28,1%)	1.564.659	221.289	479.681	1.306.267

2012

-euros-

IMPOSTO DIFERIDOS ATIVOS 2012	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO FINAL
Impostos diferidos - Efeito de transição POC/SNC	793.631	-	99.977	693.655
Casa de Santo André	44.558	-	1.074	43.484
Imparidades de clientes	73.169	10.189	83.273	85
ID – Estudo atuarial	174.570	2.461.055	88.876	2.546.749
ID – Provisão para reestruturação	1.190.087	928.851	148.393	1.970.545
Pedreira (anos 2008 e 2009)	-	313.664	-	313.664
Total	2.276.016	3.713.758	421.592	5.568.182
Imposto diferido cativo (taxa 28,1%)	639.560	1.043.566	118.467	1.564.659

2013

-euros-

IMPOSTO DIFERIDOS PASSIVOS 2013	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO FINAL
Bens Reversíveis (Impostos Diferidos)	9.786.414	2.028.022	12.368	11.802.068
Total	9.786.414	2.028.022	12.368	11.802.068
Imposto diferido ativo (taxa 28,1%)	2.749.982	569.875	3.475	3.316.381

-euros-

OUTRAS CONTAS A PAGAR (REGULARIZADAS À TAXA APLICÁVEL A ID) 2013	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO FINAL
Efeito fiscal aos subsídios para investimento (Outras contas a pagar)	241.698.889	-	7.940.645	233.758.244
Total	241.698.889	-	7.940.645	233.758.244
Calculado à taxa utilizada para IDs (taxa 28,1%)	67.917.388	-	2.231.321	65.686.067

2012 Reexpresso

- euros-

IMPOSTO DIFERIDOS PASSIVOS 2012	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO FINAL
Bens Reversíveis	7.948.721	1.837.693	-	9.786.414
Total	7.948.721	1.837.693	-	9.786.414
Imposto diferido ativo (taxa 28,1%)	2.233.591	516.392	-	2.749.982

-euros-

OUTRAS CONTAS A PAGAR 2012	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO FINAL
Efeito fiscal aos subsídios para subsídios para investimento	243.231.453	5.872.429	7.404.993	241.698.889
Total	243.231.453	5.872.429	7.404.993	241.698.889
Calculado à taxa utilizada para IDs (taxa 28,1%)	68.348.038	1.650.152	2.080.803	67.917.388

11. VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DE PRODUÇÃO E CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

A APS tem como inventários as seguintes categorias de bens:

- Pedra destinada a prover as necessidades de conservação de molhes e taludes no montante de 292.182,71 € (2012: 292.182,71 €);
- Material de uso corrente para manutenção dos ativos fixos tangíveis afetos à operação portuária, nomeadamente lanchas e skimmers no montante de 95.044,21 € (2012: 107.450,61 €);
- Equipamento de proteção individual dos serviços operacionais no montante de 11.456,76 € (2012: 10.371,26 €);
- Materiais diversos no montante de 27.603,54 € (2012: 15.942,53 €);

Não existem inventários escriturados pelo justo valor, não foram efetuados ajustamentos de inventários reconhecidos como gastos do período e não existem inventários dados como penhor de garantia a passivos. Os inventários à data de 31 de Dezembro de 2013 apresentam as seguintes classificações e montantes:

-euros-			
MOVIMENTOS MATÉRIAS-PRIMAS	2013	2012	VARIAÇÃO %
Existências Iniciais	425.803	424.781	0,24
Compras / Produção	1.832.070	1.239.650	47,79
Existências Finais	426.282	425.803	0,11
Custo Das Existências	1.831.591	1.238.628	47,87

12. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica Clientes apresentava as seguintes maturidades:

Dívidas de clientes

-euros-			
DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO %
Vencimento < 90 dias	8.231.318	6.819.312	20,71
Vencimento 90 -180 dias	229.923	104.808	119,38
Vencimento > 180 dias	527.349	397.991	32,50
Totais	8.988.591	7.322.111	22,76

Imparidades de clientes

-euros-			
DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO %
Cumprimento o Critério Fiscal	79.805	175.003	-54,40
Diferencial segundo Critério Económico	779.458	85	915509,29
Totais	859.264	175.088	390,76

Variação das imparidades 2013

-euros-				
DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Cumprimento o Critério Fiscal	175.003	69.201	164.399	79.805
Diferencial segundo Critério Económico	85	788.280	8.907	779.458
Totais	175.088	857.481	173.305	859.264

Variação das imparidades 2012

-euros-

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Cumpra o Critério Fiscal	104.634	72.652	2.283	175.003
Diferencial segundo Critério Económico	73.169	10.189	83.273	85
Totais	177.803	82.841	85.555	175.088

13. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

-euros-

DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIACÃO %
Maquina de franquiar	1.546	1.451	6,53
Totais	1.546	1.451	6,53

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR E DIFERIMENTOS

A rubrica de Outras Contas a Receber em 2013 e 2012 corresponde principalmente à especialização de faturação a emitir no ano seguinte. As Outras Contas a Pagar incluem credores por acréscimos de gastos relativos a direitos adquiridos por trabalho prestado férias e subsídio de férias a pagar no exercício de 2014 e outras naturezas conforme detalhe do quadro seguinte:

ATIVO	2013	2012 Reexpresso	Variacão %
Outras Contas a receber	1.581.779	1.728.529	-8,49
Devedores por acréscimos	1.444.082	1.079.559	33,77
Outras Contas a receber	137.697	648.969	-78,78
Diferimentos - gastos a reconhecer	617.643	673.469	-8,29
Seguros	17.745	65.399	-72,87
Direito Superfície terreno IAPMEI	61.910	64.313	-3,74
Outros Gastos Antecipados	70.372	66.247	6,23
Redução área TGLS	458.856	477.510	-3,91
Despesas antecipadas	8.761	-	n/a
PASSIVO	2013	2012 Reexpresso	Variacão %
Outras contas a pagar	71.934.263	72.689.897	-1,04
Outras contas a pagar não corrente – Bens reversíveis	2.564.840	1.501.061	70,87
Outras contas a pagar n/corrente – Imp. s/sub.p/investimentos	64.048.634	65.686.067	-2,49
Subtotal - Passivo não corrente	66.613.474	67.187.127	-0,85
Encargos Com Férias e Sub. Férias	949.016	988.341	-3,98
IPTM --> DGRM + IMT	736.519	360.851	104,11
Fornecedores de Investimento	1.292.429	1.470.644	-12,12
Outras contas a pagar corrente – Imp. s/sub.p/investimentos	1.637.432	2.231.321	-26,62
Outras contas a pagar corrente	705.393	451.614	56,19
Subtotal - Passivo corrente	5.320.789	5.502.769	-3,31
Diferimentos - Rendimentos a reconhecer	69.294.016	68.832.965	0,67
Rendimentos a reconhecer não corrente	62.012.605	61.854.030	0,26
Rendimentos a reconhecer corrente	7.281.411	6.978.935	4,33
Rendimentos de Clientes	202.735	165.498	22,50
Acréscimo proveitos - Concessões	2.227.561	2.216.585	0,50
Rendimentos bens reversíveis	4.798.763	4.542.750	5,64
Outros rendimentos a reconhecer	52.353	54.102	-3,23

15. CAPITAL E RESERVAS E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Os saldos a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 de 80.000.000,00 Euros compreendem 16.000 ações com um valor nominal cada de 5,00 Euros, as quais se encontram integralmente liberadas.

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, no entanto o DL 337/98 determina que a reserva legal seja no mínimo de 10% até que esta represente pelo menos 20% do capital. No caso da APS, e por força do disposto no n.º 1 do art.º 17 dos estatutos, o mínimo a afetar ao reforço da reserva legal é de 10% do resultado líquido. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

O registo dos bens reversíveis gera um resultado não tributável nem distribuível devido ao facto de não ter sido efetuada a tradição dos bens.

-euros-

RESULTADO DOS BENS REVERSÍVEIS	2013	2012	Variação %
Rendimentos imputados	4.748.634	4.069.341	16,69
Depreciações registadas	(2.720.613)	(2.244.016)	-21,24
Resultado Bruto	2.028.022	1.825.325	11,10
Imposto diferido imputado	(566.399)	(516.392)	-9,68
Resultado líquido imputável	1.461.623	1.308.933	11,67

Os instrumentos desta natureza discriminam-se no quadro seguinte:

-euros-

	2013	2012	Variação %
Outros Instrumentos de Capital Próprio	4.500.000	4.500.000	0,00
Reserva Legal	5.001.506	4.029.234	24,13
Outras Reservas:			
Reservas Livres	11.578.770	8.116.206	42,66
Reserva Indisponível - Constituição Capital	33.460.926	33.460.926	0,00
Subtotal - Outras Reservas	45.039.695	41.577.132	8,33
Reserva indisponível - Bens reversíveis	7.540.455	5.715.131	31,94
Totais	62.081.657	55.821.497	11,21

Destes instrumentos destacam-se o terreno desanexado do domínio público para instalação da Zona de Atividades Logísticas intraportuária determinada pelo DL 94/2003 de 30 de Abril que prevê a sua contabilização para aumento de capital e a Reserva Constituição Capital resultante do processo de transformação de instituto público para sociedade anónima DL nº 337/98 de 3 de Novembro.

Dado que o montante do resultado apurado em 2012 respeitante aos bens reversíveis foi aplicado em 2013 pelo valor ilíquido de impostos, na proposta de distribuição encontra-se prevista a respetiva correção no montante de 516.391,62€.

A rubrica de Outras variações de Capital próprio respeita essencialmente aos subsídios ao investimento (líquidos do efeito fiscal associado) ver Nota 21.

16. PROVISÕES

2013

-euros-

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Provisões para Processos Judiciais em Curso	51.731	-	-	51.731	-
Recuperação paisagística da Pedreira	1.141.923	156.832	-	228.500	1.070.255
Outras Provisões	48.472	-	1.071	-	47.401
Provisões-Reestruturação	1.970.546	-	360.000	631.732	978.814
Totais	3.212.672	156.832	361.071	911.962	2.096.471

2012

-euros-

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Provisões para Processos Judiciais em Curso	50.000	1.731	-	-	51.731
Recuperação paisagística da Pedreira	1.215.672	157.262	-	231.010	1.141.923
Outras Provisões	49.546	-	1.074	-	48.472
Provisões-Reestruturação	1.190.088	928.850	-	148.393	1.970.546
Totais	2.505.306	1.087.842	1.074	379.403	3.212.672

A empresa constituiu provisão para reestruturação, para fazer face a incentivos por atribuir, a trabalhadores/as que reunissem condições legais de aposentação antecipada, e a requeressem, pelos anos em falta para atingir a idade limite de aposentação (70 anos). Nos exercícios de 2011 e 2012 esta provisão foi registada por contrapartida da Demonstração de Resultados – provisões.

17. GASTOS COM O PESSOAL

A variação nos gastos com o pessoal deve-se à redução do número de efetivos e à redução da rubrica relativa a indemnizações por cessação de funções e à reposição dos cortes salariais conforme despacho superior.

Os gastos com pessoal no período de relato são discriminados por naturezas no quadro abaixo:

-euros-

DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO %
Remunerações dos Órgãos Sociais	287.120	236.343	21,48
Remunerações do pessoal	6.679.425	6.209.355	7,57
Benefícios pós-emprego	24.956	7.693	224,39
Indemnização P/Cessação de Funções	-	166.376	-100,00
Encargos sobre remunerações	1.525.760	1.181.701	29,12
Seguros acidentes e trabalho doenças profissionais	37.319	47.718	-21,79
Gastos de ação social	398.191	268.906	48,08
Outros gastos com o pessoal	168.901	138.918	21,58
Totais	9.121.673	8.257.010	10,47

Durante o exercício o número médio de trabalhadores/as e o número de trabalhadores/as no fim do período de relato era, respetivamente de 158 (171 em 2012), e de 158, (172 em 2012) e apresentava a seguinte distribuição:

INDICADORES	2013*	2012*
Orgãos Sociais	3	3
Quadros Superiores	65	71
Quadros Médios	10	13
Profissionais Altamente Qualificados e Qualificados *	47	52
Profissionais Semiquualificados	32	32
Profissionais não Qualificados	1	1
TOTAL	158	172

*Exclui trabalhadores/as a exercer funções em concessionários em 2013 (27) 2012 (33).

Responsabilidades assumidas por reformas antecipadas, pensões de reforma, benefícios sociais pós-emprego e outras

a) Conforme referido na Nota 3. q), a Empresa é responsável pela manutenção do fundo de aposentações do INPP - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, criado pelo DL nº 188/89, de 3 de Junho, relativamente aos/as aposentados/as que integravam o ex-departamento de pilotagem. A Empresa possui ainda uma responsabilidade relacionada com o pagamento de pensões vitalícias de sobrevivência e de sangue a alguns/algumas aposentados/as.

Os estudos atuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, para efeitos de apuramento nessas datas, das responsabilidades acumuladas, tiveram por base os seguintes pressupostos:

DATA DE REFERÊNCIA	31-12-2013	31-12-2012
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábuas de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	3,50%	3,75%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%

A cobertura das responsabilidades da Empresa registada em Balanço era a seguinte:

BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO	31-12-2013	31-12-2012
Responsabilidades por serviços passados - pensionistas	461.273	463.018
Benefícios pós emprego em Balanço	461.273	463.018
Percentagem de cobertura	100,00%	100,00%

Conforme também referido na Nota 3. q), a Empresa adota como política contabilística para reconhecimento das suas responsabilidades com pensões de reforma, os critérios consagrados na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 28. A evolução das responsabilidades por serviços passados entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2013 é discriminada seguidamente:

PENSÕES VITALÍCIAS + SUB MORTE FUNERAL	31-12-2012	31-12-2012
Saldo Inicial	(463.019)	(642.674)
Custo com serviços correntes	(153)	(196)
Custo financeiro	(16.859)	(28.964)
Ganhos e perdas atuariais	(7.723)	143.522
Pensões pagas	26.481	65.293
Saldo Final	(461.273)	(463.019)

Os ganhos atuariais, que ascenderam a 5 milhares de euros, foram registados na rubrica de resultados transitados.

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros foram registados a débito na rubrica de gastos com pessoal.

b) Conforme referido na Nota 3. r), a Empresa tem instituído determinados benefícios de ação social pós-emprego para os/as colaboradores/as afetos à Caixa Geral de Aposentações e seus familiares.

Os estudos atuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, para efeitos de apuramento nessas datas, das responsabilidades acumuladas, tiveram por base os seguintes pressupostos:

DATA DE REFERÊNCIA	31-12-2013	31-12-2012
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábuas de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	3,50%	3,75%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a cobertura das responsabilidades da Empresa pela provisão em Balanço era a seguinte:

	-euros-	
CUSTOS DE AÇÃO SOCIAL	31-12-2013	31-12-2012
Responsabilidades por serviços passados:	1.718.055	2.083.731
Custos de Ação Social em Balanço	1.718.055	2.083.731
Percentagem de cobertura	100%	100%

Conforme também referido na Nota 3. r), a Empresa adota como política contabilística para reconhecimento das suas responsabilidades com benefícios de ação social pós emprego, os critérios consagrados na Norma de Contabilidade e Relato Financeiro n.º 28.

A evolução das responsabilidades por serviços passados entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2013 é discriminada seguidamente:

	-euros-	
CUSTOS DE AÇÃO SOCIAL	31-12-2013	31-12-2012
Saldo Inicial	(2.083.731)	(2.077.688)
Custo com serviços correntes	(24.057)	(22.024)
Custo financeiro	(76.574)	(96.546)
Ganhos e perdas atuariais	445.345	92.002
Benefícios pagos	20.961	20.525
Saldo Final	(1.718.056)	(2.083.731)

Os ganhos atuariais, os quais de acordo com o estudo atuarial ascenderam a 445 milhares de euros, foram registados na rubrica de Resultados Transitados.

O gasto dos serviços correntes e o gasto dos juros foram registados a débito da rubrica de gastos com pessoal.

18. FORNECEDORES E FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica Fornecedores apresentava as seguintes maturidades:

-euros-			
FORNECEDORES	2013	2012	VARIAÇÃO %
Antiguidade <90 dias	527.453	774.347	-31,88
Antiguidade 90 -180 dias	-	213	-100,00
Subtotal	527.453	774.560	-31,90
FORNECEDORES DE INVESTIMENTO	2013	2012	VARIAÇÃO %
Antiguidade <90 dias	1.292.429	1.470.644	-12,12
Subtotal	1.292.429	1.470.644	-12,12
Total	1.819.882	2.245.204	-18,94

19. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica Estado e Outros Entes Públicos apresentava os seguintes valores a pagar ao Estado:

-euros-			
DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO %
Imposto sobre o Valor Acrescentado	353.329	583.877	-39,49
Imposto s/Rend. P. Coletivas (liquido pagamentos p/conta)	588.858	680.078	-13,41
Imposto sobre o Rend. P. Singulares	218.735	155.881	40,32
Contribuições para a Segurança Social	231.081	207.828	11,19
Totais	1.392.002	1.627.664	-14,48

Não existiam débitos em mora em 31/12/2013.

O Saldo Credor do IRC decompunha-se como se segue:

-euros-			
SALDO IRC	2013	2012	VARIAÇÃO %
Pagamentos por conta	2.469.600	2.205.696	11,96
Pagamentos adicionais por conta	315.111	227.871	38,28
Retenção na fonte	655.748	192.693	240,31
Estimativa de imposto	(4.029.317)	(3.306.338)	-21,87
Totais	(588.858)	(680.078)	13,41

20. RÉDITOS, JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

-euros-

	2013	2012	VARIAÇÃO %
Vendas	2.304.005	1.532.955	50,30
TUP - Navio	11.813.886	9.584.883	23,26
Tarifa de Pilotagem	3.358.474	2.587.596	29,79
Fornecimentos e Serviços	42.686	555.254	-92,31
Concessões	19.167.213	17.127.099	11,91
Licenciamentos	753.772	846.005	-10,90
Outros réditos	345.475	366.496	-5,74
Subtotal - Vendas + Prestação de Serviços	37.785.511	32.600.288	15,91
Juros de Depósitos	219	2.826	-92,25
Dividendos	47.954	48.829	-1,79
Subtotal Rendimentos financeiros	48.173	51.655	-6,74
Total	37.833.684	32.651.943	15,87

21. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Subsídios para investimentos

2013

-euros-

PROJETO FINANCIADO	GASTO TOTAL DA COMPRA	SUBSÍDIOS REGISTADOS	DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO	RENDIMENTO DO EXERCÍCIO
Acessibilid. Terrestres Z.Leste-31-02-01-FDR-00011	12.776.734	9.273.158	638.265	486.675
Ampliação Molhe Leste 1.ª Fase 31-02-01-FDR-00001	55.570.335	30.675.049	1.111.884	621.599
Amp.Molhe Leste 2.ª Fase POVT-11-0150-FCOES-000011	34.290.933	12.755.117	685.504	254.357
C.Circ.Rodov.Acesso ZAL P.Recr.-31-02-01-FDR-00010	5.146.244	693.522	256.658	35.715
C.Talud.Retén.M.Oeste Cab.Sines-31-02-01-FDR-00015	3.357.514	2.983.595	66.697	59.585
FEDER-ENVIREG-EMBARC.RECOL.HIDROCARB.-ER/91/S/0004	312.473	191.674	-	-
FEDER-ENVIREG-Equipamento-ER/91/S/0005	315.076	101.340	29.545	12.734
FEDER-ENVIREG-Viatura-ER/91/S/0012+SUB0012	424.436	279.492	38.276	8.302
Impl.Ferramenta Gestão Capit.Humano-Piddac-2010	235.405	165.933	78.468	55.311
Incremento Condições de Segª-31-04-02-FDR-00071	1.409.122	748.068	102.087	69.915
Infraestruturas ZAL-Polo A-31-02-03-FDR-00006	4.831.139	2.633.322	96.610	52.850
Infr.Alta Disponib.-Com.Segª-31-04-02-FDR-00072	245.334	197.906	25.763	25.655
PCOM-Plataforma Comum Portuária-31-02-FDR-00014	592.245	401.652	-	-
Radmonitor-Monit.Radar Est.Mar-Prime-Idea-70/00128	20.393	7.545	-	-
Sistema Controlo Tráfego Marítimo (VTS)-01/98-APS	1.554.482	502.791	62.547	60.137
Sist.Op.Superv.Segª-POVT-11-0150-FCOES-000004	2.136.655	1.457.482	201.824	26.286
Transformação da APS Instituto Publico em APS S.A.	287.961.965	221.035.010	6.156.335	5.159.138
Totais	411.180.485	284.102.656	9.550.463	6.928.256

2012

-euros-

PROJETO FINANCIADO	GASTO TOTAL DA COMPRA	SUBSÍDIOS REGISTRADOS	DEPRECIACÕES DO EXERCÍCIO	RENDIMENTO DO EXERCÍCIO
Acessibilid. Terrestres Z.Leste-31-02-01-FDR-00011	12.776.734	9.273.158	638.265	486.675
Ampliação Molhe Leste 1.ª Fase 31-02-01-FDR-00001	34.221.325	13.802.988	171.107	68.621
Amp.Molhe Leste 2.ª Fase POVT-11-0150-FCOES-000011	55.570.335	30.675.049	1.111.884	604.345
C.Circ.Rodov.Acesso ZAL P.Recr.-31-02-01-FDR-00010	5.146.244	693.522	257.235	35.587
C.Talud.Retén.M.Oeste Cab.Sines-31-02-01-FDR-00015	3.357.514	2.983.595	66.697	59.585
FEDER-ENVIREG-EMBARC.RECOL.HIDROCARB.-ER/91/S/0004	312.473	191.674	-	-
FEDER-ENVIREG-Equipamento-ER/91/S/0005	315.076	101.340	29.545	12.734
FEDER-ENVIREG-Viatura-ER/91/S/0012+SUB0012	680.859	245.322	23.503	18.803
Impl.Ferramenta Gestão Capit.Humano-Piddac-2010	235.405	165.933	78.468	78.357
Incremento Condições de Segª-31-04-02-FDR-00071	1.671.725	804.144	102.229	59.156
Infraestruturas ZAL-Polo A-31-02-03-FDR-00006	245.334	197.906	25.763	20.610
Infr.Alta Disponib.-Com.Segª-31-04-02-FDR-00072	4.831.139	2.633.322	96.610	52.913
PCOM-Plataforma Comum Portuária-31-02-FDR-00014	592.245	401.652	78.360	25.290
Radmonitor-Monit.Radar Est.Mar-Prime-Idea-70/00128	20.393	7.545	-	-
Sistema Controlo Tráfego Marítimo (VTS)-01/98-APS	2.078.559	1.472.576	218.493	193.433
Sist.Op.Superv.Segª-POVT-11-0150-FCOES-000004	1.554.482	465.791	307.370	245.896
Transformação da APS Instituto Publico em APS S.A.	287.961.965	221.035.010	6.320.907	5.296.167
Totais	411.571.808	285.150.527	9.526.435	7.258.170

A APS concluiu a ampliação do Molhe Leste, tendo contratado com o Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT) a atribuição de subsídio no montante até 13.641.749,53 euros.

Face ao teor do contrato referido, ao valor executado do investimento e aos valores recebidos, foi reconhecido nas contas da empresa o valor do acerto relativo ao subsídio contratualizado que a empresa prevê devolver no montante de 401.603,85 euros.

Subsídios para exploração

Os subsídios desta natureza no exercício do relato foram no montante de 28.302 euros (2012: 17.460 euros).

Para além dos subsídios à exploração a empresa registou a título de formação profissional o montante de 26.915 euros (2012: 17.460 euros).

22. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos incluem os itens conforme descrito no seguinte quadro:

Outros rendimentos e ganhos

-euros-

DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO %
Mais-valias contabilísticas	38.240	25.612	49,31
Imputação Subsídios para investimento do governo	6.928.256	7.258.170	-4,55
Rendimentos bens reversíveis - Ativos Tangíveis e Intangíveis	4.748.634	4.069.341	16,69
Outros rendimentos e ganhos	282.152	100.487	180,79
Totais	11.997.283	11.453.610	4,75

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Para uma melhor compreensão apresenta-se quadro discriminativo das naturezas mais significativas de gastos em fornecimentos e serviços externos:

DESCRIÇÃO	-euros-		
	2013	2012	VARIAÇÃO %
Trabalhos Especializados	551.930	466.395	18,34
Publicidade e Propaganda - Serviços	167.994	148.685	12,99
Vigilância Segurança	216.784	233.779	-7,27
Conservação e Reparação	837.961	825.744	1,48
Manutenção Software e Hardware	335.715	247.666	35,55
Eletricidade	122.301	444.084	-72,46
Gasóleo	212.033	203.510	4,19
Água	138.508	113.045	22,52
Transportes Pessoal	114.304	112.381	1,71
Seguros	100.732	109.436	-7,95
Limpeza Higiene e Conforto	279.390	376.135	-25,72
Outros FSE	533.310	422.257	26,30
Totais	3.610.961	3.703.117	-2,49

24. OUTROS GASTOS E PERDAS

Estas naturezas de gastos de que se destacam as taxas do IPTM (ou da DGRM e do IMT que lhe sucederam) apresentam os valores que se descrevem no quadro seguinte:

	-euros-		
	2013	2012	VARIAÇÃO %
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	43.616	76.272	-42,81
Taxa Instituto Portuário Transportes Marítimos	1.606.152	1.396.145	15,04
Quotizações	44.861	45.112	-0,56
Penalidades Contratuais - Outras	1.630	95.243	-98,29
Outros gastos e perdas	230.263	319.471	-27,92
Custos Exercícios Anteriores Imprevisíveis	-	28.248	-100,00
Total	1.926.522	1.960.492	-1,73

25. PARTES RELACIONADAS

Remunerações do pessoal-chave da gestão:

DESCRIÇÃO	-euros-		
	2013	2012	VARIAÇÃO %
Total de remunerações	245.265	184.839	-100,00
Total de benefícios de curto prazo	70.375	40.526	-100,00

26. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Esta natureza de rendimentos no montante de 48.173 € é constituída por rendimentos distintos conforme a seguir se discrimina:

DESCRIÇÃO	-euros-		
	2013	2012	VARIAÇÃO %
Juros de depósitos	219	2.826	-92,25
Dividendos	47.954	48.829	-1,79
Total	48.173	51.655	-6,74

27. MATÉRIAS AMBIENTAIS

A Empresa no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do exercício.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados. Os dispêndios capitalizados durante os últimos exercícios encontram-se descritos nas duas primeiras linhas do quadro seguinte.

A empresa detém a exploração de uma pedreira situada na sua área de jurisdição, estando obrigada a promover a respetiva recuperação paisagística. Para fazer face a esse encargo tem constituído sistematicamente uma provisão que no termo do exercício de relato é 886.038 euros. (ver nota 28).

Os dispêndios de carácter ambiental reconhecidos como um gasto nos resultados do exercício últimos exercícios foram os seguintes:

Despesas de carácter ambiental

DESCRIÇÃO	-euros-		
	2013	2012	VARIAÇÃO %
Análises ar, água e areia	131.295	103.360	27,03
Donativos Mecenato Ambiental	2.700	2.700	0,00
Totais	133.995	106.060	26,34

28. GARANTIAS

Os valores de garantias e retenções prestadas à APS por clientes e fornecedores, para garantir a boa execução de contratos, não relevados no balanço detalham-se no quadro seguinte:

GARANTIAS A FAVOR DA EMPRESA	-euros-	
	2013	2012
Garantias ou Seguros Caução denominadas em EUR	14.932.894	15.053.478
Garantias ou Seguros Caução denominadas em USD	2.000.000	2.000.000
Depósitos Caução	169.673	172.158

A APS para acautelar a recuperação paisagística da pedreira, situada na sua área de jurisdição e cuja exploração se destina ao desenvolvimento portuário, tem prestadas à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo as garantias que se resumem no quadro seguinte:

-euros-		
GARANTIAS PRESTADAS PELA EMPRESA	2013	2012
Garantias prestadas pela APS	886.038	793.932

29. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

De acordo com a NCRF 24 não se verificaram acontecimentos passíveis de relato e ajustamentos nas demonstrações financeiras.

Foi publicado em 20 de Março de 2014 o DL 44/2014 que determina a agregação dos portos de Portimão e de Faro na Administração do Porto de Sines, SA. Após a entrada em vigor no dia 21 de Março de 2014 a empresa passou a designar-se por Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A..

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

A empresa não é devedora de quaisquer contribuições e impostos a instituições de Segurança Social e ao Estado.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,



PARTE C

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Parte C - Cumprimento das orientações legais

- **Objetivos de gestão, previstos no artigo 38º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, de forma quantificada, e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado:**

OBJETIVO	META 2013	RESULTADO 2013	GRAU DE CUMPRIMENTO (%)
Volume de negócios (m€)	34.309	37.786	110,13
Margem do EBITDA (ajustado da imputação de subsídios e do reconhecimento de rendimentos relativos aos bens reversíveis das concessionárias) (%)	64,22	55,66	86,68
Resultados Líquidos (m€)	9.700	12.380	127,63
ROACE (%)	4,27	5,31	124,36
Movimento de mercadorias (mT)	31.000	36.514	117,79
PMP (nº de dias)	30	31	96,77
Cumprimento do plano de investimentos (m€)	3.930	2.472	62,90
Eficiência (Custos Operacionais / EBITDA)	1,46	1,55	94,19

Não se encontram ainda definidos os objetivos de gestão definidos no artigo 38º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro. Assim, a avaliação do cumprimento dos objetivos de gestão efetuada no quadro anterior considera apenas as metas previstas no Plano de Atividades e Orçamento para 2013.

- **Gestão do risco financeiro, nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2013, no Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril;**

ANOS	2009	2010	2011	2012	2013
Encargos Financeiros (€)	215.138	113.151	11.484	0	0
Taxa Média de Financiamento	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Não aplicável	Não aplicável

PASSIVO REMUNERADO (€)	2012	2013	Var. absoluta	Var. %
Passivo não corrente	0	0	0	0
Financiamentos obtidos	0	0	0	0
Passivo corrente	0	0	0	0
Financiamentos obtidos	0	0	0	0
Total Passivo Remunerado	0	0	0	0

- Da evolução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no DL n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição:

PMP	2013				2012				Var. (%) 4ºT 2013 / 4ºT 2012
	1ºT	2ºT	3ºT	4.T	1ºT	2ºT	3ºT	4.T	
Prazo	37	31	35	31	40	40	39	39	- 20,5%

DÍVIDAS VENCIDAS	0-90 DIAS	DÍVIDAS VENCIDAS DE ACORDO COM O ART. 1º DL 65-A/2011			
		90-120 DIAS	120-240 DIAS	240-360 DIAS	> 360 DIAS
Aq. de bens e Serviços	0	0	0	0	0
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

- As diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2012:

A APS deu cumprimento orientações do acionista, nomeadamente ao nível da continuação da racionalização dos gastos operacionais, que em 2013 representaram 38,5% do volume de negócios contra os 40,5% em 2012, e no cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado no âmbito do qual foram concluídos os trabalhos de preparação dos sistemas informáticos no sentido de permitir que a partir de Janeiro de 2014 todos os pagamentos de remunerações sejam efetuados diretamente da conta da empresa junto do IGCP para a conta dos/as funcionários/as, sendo estas as únicas transações relevantes que ainda não eram efetuadas diretamente a partir daquela conta.

No final de 2013, 98,3% das disponibilidades da empresa, no valor de 15.963.696 euros, estavam colocadas junto do IGCP, estando os restantes 1,7% (275.628 euros) depositados na banca comercial. Não existiram durante o ano quaisquer aplicações financeiras. Os juros recebidos da banca comercial foram de 218,98 euros que serão oportunamente entregues ao Estado.

- Das remunerações, designadamente:

Dos órgãos sociais

Informação apresentada no Apêndice 1.

Do Auditor Externo confirmando a aplicação da redução remuneratória, nos termos do art.º 75º da Lei 66-B/2012.

Não aplicável.

Dos restantes trabalhadores/as

A redução remuneratória aos trabalhadores/as, em conformidade com o art.º 27º da Lei 66-B/2012, não foi aplicada em 2013 em cumprimento de despacho superior da tutela.

- Da aplicação do disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

Foi aplicado o disposto no artº 32º do Estatuto do Gestor Publico, conforme republicado pelo DL nº 8/2012, no que se refere à utilização de cartões de crédito.

Foi aplicado o disposto no artº 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo DL nº 8/2012, no que se refere ao reembolso de despesas que caíam no âmbito do conceito de representação pessoal.

- **Da Contratação Pública:**

- *Indicação sobre o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2013, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, esse ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente.*

A APS é uma sociedade que atua exclusivamente no âmbito dos sectores especiais (portos) pelo que, nos termos do art. 7º do CCP, apenas está sujeita aos procedimentos nele previstos para contratos de valor superior aos respetivos limiares comunitários. Não obstante, dispõe de procedimento interno específico, aprovado no âmbito do seu Plano de Qualidade, que, abaixo desses limiares, assegura a transparência, não discriminação e concorrência dos procedimentos de adjudicação. Este procedimento foi elaborado para cumprimento do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que transpõe, designadamente, a Diretiva 2004/17/CE, aplicável aos sectores especiais.

As adjudicações são publicadas no portal dos contratos públicos, nos termos do Código dos Contratos Públicos. No ano de 2013 foram lançados dez procedimentos, um por concurso público e nove por ajuste direto com consulta a várias entidades. Estes procedimentos deram lugar a nove adjudicações. Não se registaram transações fora das normais condições de mercado e não foram celebrados contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

- *Indicação da existência de procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se o mesmo é objeto de revisão periódica, com referência à última atualização.*

Regulamentos e procedimentos instituídos no âmbito do Sistema de Qualidade, nomeadamente:

- PD009R3 (Compras), datado de 2011-10-06;
- TB002R6 (Competências para validação de despesas), datada de 2014-02-27;
- TB003/R4 (Modalidades da Consulta) datada de 2014-01-09;
- TB019R0 (valores de referência de contratos), datada de 2010-07-09;
- IO026R1 (Requisição de compra em SAP) datada de 2011-09-19.

- *Indicação de quais os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M€, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).*

Não se registaram transações fora das normais condições de mercado e não foram celebrados contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

- **Medidas tomadas, no âmbito das orientações previstas na Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, que aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015, ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e Parque de Veículos do Estado, bem como a respetiva quantificação.**

No quadro da racionalização da política de aprovisionamento de bens e serviços, o Conselho de Administração aprovou no ano de 2010, a adesão da APS, S.A. ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) como entidade voluntária. No entanto, ainda não efetuou qualquer aquisição ao abrigo do mesmo por verificar que as condições aí obtidas, nomeadamente em termos de preço, não são competitivas face às condições oferecidas pelo mercado.

O parque automóvel da empresa era no final de 2012 de 60 viaturas, nelas se incluindo os veículos de combate a incêndios, acidentes e poluições, tendo sido reduzido para 59 no final de 2013. Destas 59 viaturas, 23 abrangem também o uso pessoal, tendo sido objeto de contrato com os/as seus/suas utilizadores/as a partir de 20/04/2012.

- **Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais conforme ofício-circular relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) para 2013:**

- *Plano de Redução de Custos:*

PRC	2009	2010	2011	2012	2013	Absoluta	%	Identificar (S/N)
						Variação 2013/2010	Cumprimento	
CMVM (m€)	29	35	1.172	1.239	1.832	1.797	5179,42%	-
FSE (m€)	4.725	4.846	3.323	3.703	3.611	-1.235	-25,49%	Sim
Deslocações/Estadas	51	47	16	31	28	-19	-40,30%	Não
Ajudas de custo	13	17	10	10	9	-7	-43,54%	Não
Comunicações	84	99	96	83	78	-21	-21,06%	Não
Gastos com o pessoal (m€)	11.214	10.717	8.602	8.257	9.122	-1.595	-14,89%	Sim
Total	15.968	15.598	13.097	13.199	14.564	-1.034	-6,63%	Sim
Volume de Negócios (m€)	30.293	30.809	30.897	32.600	37.786	6.976	22,64%	-
Peso dos Gastos no VN (%)	52,71%	50,63%	42,39%	40,49%	38,54%	-12,08%	-23,87%	-

Verifica-se que, num quadro de forte crescimento da atividade portuária, nem sempre tem sido possível assegurar a diminuição dos gastos operacionais nas percentagens previstas nas orientações sobre os IPG 2013. No entanto, as adequadas medidas de racionalização destes gastos para além de, sem exceção, terem permitido a redução dos valores absolutos destes gastos, têm sido traduzidas na contínua diminuição do peso do conjunto dos gastos operacionais no volume de negócios da empresa.

- *Medidas no âmbito da redução dos gastos com comunicações;*

Apesar de se tratar de um tipo de despesa que depende diretamente do nível de atividade do porto e que é fundamental na maximização da eficiência da operacionalidade portuária, nomeadamente ao nível do tratamento eletrónico da informação, as medidas de racionalização em vigor permitiram um decréscimo de 21% entre 2010 e 2013.

- *Medidas no âmbito da redução das ajudas de custo e deslocações;*

As despesas com ajudas de custo e deslocações decresceram 43,5% e 40,3%, respetivamente, entre 2010 e 2013.

- *Da redução do número de efetivos e de cargos dirigentes:*

QUADRO DE PESSOAL	2010	2011	2012	2013
Número de RH sem órgãos sociais	208	173	169	155
Número de Chefias de Nível I	10	10	10	9
Número de órgãos sociais	3	3	3	3
Gastos totais com pessoal (€)	10.717.150	8.601.872	8.257.010	9.121.673
Gastos com Órgãos Sociais	346.082	269.515	271.856	341.761
Gastos com Chefias de Nível I	854.157	783.033	702.165	820.471
Gastos com RH sem O.S. e sem Chefias de Nível I	9.516.911	7.274.649	7.116.613	7.959.441
Rescisões / Indemnizações (€)	0	274.675	166.376	0

- **Do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 124º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, em caso de ter sido autorizada a exceção, deverá indicar o Despacho autorizador, assim como a data da entrega em receita do Estado do montante de juros auferidos em incumprimento da UTE:**

No cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado foram concluídos os trabalhos de preparação dos sistemas informáticos no sentido de permitir que a partir de Janeiro de 2014 todos os pagamentos de remunerações sejam efetuados diretamente da conta da empresa junto do IGCP para a conta dos/as funcionários/as, sendo estas as únicas transações relevantes que ainda não eram efetuadas diretamente a partir daquela conta.

No final de 2013, 98,3% das disponibilidades da empresa, no valor de 15.963.696 euros, estavam colocadas junto do IGCP, estando os restantes 1,7% (275.628 euros) depositados na banca comercial. Não existiram durante o ano quaisquer aplicações financeiras. Os juros recebidos da banca comercial foram de 218,98 euros que serão oportunamente entregues ao Estado.

- **Adicionalmente, deverão ser divulgadas as recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, bem como as medidas tomadas na sua adoção e o respetivo resultado:**

Nada a assinalar no exercício de 2013.

- **Quadro infra relativo à informação que se encontrava divulgada a 31 de dezembro de 2013 no site do SEE:**

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos Atualizados (PDF)	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Ficha síntese da empresa	x			
Identificação da Empresa:				
Missão, objetivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	x			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	x			
Estatuto remuneratório fixado	x			
Remunerações auferidas e demais regalias	x			
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	x			
Outras transações	x			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Avaliação do cumprimento dos PBG	x			
Código de Ética	x			
Informação Financeira histórica e atual	x			
Esforço Financeiro do Estado	x			

Apêndice 1 à Parte C – Cumprimento das Orientações Legais ao nível das Remunerações**Mesa da Assembleia Geral**

MANDATO (INÍCIO – FIM)	CARGO	NOME	ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO (€) ⁽¹⁾	REMUNERAÇÃO ANUAL (€) (ANO 2013)		
				BRUTA ⁽²⁾	REDUÇÕES (LEI OE)	BRUTA APÓS REDUÇÕES
2008-04-18/2013-07-01	Presidente	António Maldonado Gonalves	672,94	0,00	0,00	0,00
2008-04-18/2013-07-01	Secretária	Sara Alexandra Ambrósio	448,80	0,00	0,00	0,00
2013-07-02/2015	Presidente	António Maldonado Gonalves	575,00	0,00	0,00	0,00
2013-07-02/2015	Secretária	Sara Alexandra Ambrósio	375,00	375,00	-22,55	352,45

Legenda: (1) – Valor da Senha de presença fixada; (2) – Antes de reduções remuneratórias

Conselho de Administração

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc. (1)	Data
2008-04-18/2013-06-24	Presidente	Maria Lídia Sequeira	Ata nº 25 da Assembleia Geral da APS	18-04-2008
2008-04-18/2013-06-24	Vogal	Duarte Lynce de Faria	Ata nº 25 da Assembleia Geral da APS	18-04-2008
2008-04-18/2013-06-24	Vogal	João Paulo Farinha Franco	Ata nº 25 da Assembleia Geral da APS	18-04-2008
2013-06-25/2015	Presidente	João Paulo Farinha Franco	Deliberação Social Unânime por Escrito	24-06-2013
2013-06-25/2015	Vogal Executivo	Eduardo Carvalho Bandeira	Deliberação Social Unânime por Escrito	24-06-2013
2013-06-25/2015	Vogal Executivo	José Pedro Soares	Deliberação Social Unânime por Escrito	24-06-2013

Legenda: (1) indicar Resolução (R) /AG / DUE / Despacho (D)

NOME	EGP				OPRLO	
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	Vencimento	Despesas Representação	Identificar Entidade (Identifica/n.a.)	Pagadora (O/D)
			Valor (mensal)			
Maria Lídia Sequeira (2008-04-18/2013-06-24)	S	B	6.357,48	0,00	n.a.	
Duarte Lynce de Faria (2008-04-18/2013-06-24)	S	B	5.438,52	0,00	n.a.	
João Paulo Farinha Franco (2008-04-18/2013-06-24)	S	B	5.438,52	0,00	n.a.	
João Paulo Farinha Franco (2013-06-25/2015)	S	B	4.864,34	1.945,74	n.a.	
Eduardo Carvalho Bandeira (2013-06-25/2015)	S	B	3.891,47	1.556,59	n.a.	
José Pedro Soares (2013-06-25/2015)	S	B	3.891,47	1.556,59	n.a.	

Nota: EGP – Estatuto do Gestor Público; OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D – Origem/Destino

NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL (€) - ANO 2013						BRUTA APÓS REDUÇÕES
	VARIÁVEL	FIXA **	OUTRA	REDUÇÃO LEI 12-A/2010	REDUÇÃO (LEI OE)	REDUÇÃO ANOS ANTERIORES *	
Maria Lúcia Sequeira (2008-04-18/2013-06-24)	0,00	58.488,08	0,00	-2.951,38	0,00	0,00	55.536,69
Duarte Lynce de Faria (2008-04-18/2013-06-24)	0,00	50.738,60	0,00	-2.536,95	0,00	0,00	48.201,65
João Paulo Farinha Franco (2008-04-18/2013-06-24)	0,00	35.350,38	0,00	-1.767,54	0,00	0,00	33.582,84
João Paulo Farinha Franco (2013-06-25/2015)	0,00	48.368,99	0,00	-2.421,07	-4.569,60	0,00	41.378,32
Eduardo Carvalho Bandeira (2013-06-25/2015)	0,00	39.679,83	0,00	-1.983,95	-3.654,96	0,00	34.040,92
José Pedro Soares (2013-06-25/2015)	0,00	37.760,83	0,00	-1.887,99	-3.348,00	0,00	32.524,84

Nota: * Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

** Inclui a remuneração + despesas de representação

NOME	SUB. REFEIÇÃO	BENEFÍCIOS SOCIAIS (€) – ANO 2013					
		REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL		SEGURO DE SAÚDE	SEGURO DE VIDA	SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS	SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO
		Identificar	Valor				
Maria Lúcia Sequeira (2008-04-18/2013-06-24)	795,30	CGA	10.570,86	n.a.	0,00	28,16	276,57
Duarte Lynce de Faria (2008-04-18/2013-06-24)	845,91	Seg. Social	9.048,48	299,09	0,00	28,16	240,04
João Paulo Farinha Franco (2008-04-18/2013-06-24)	896,52	Seg. Social	7.876,29	299,09	0,00	28,16	167,24
João Paulo Farinha Franco (2013-06-25/2015)	521,91	Seg. Social	8.694,64	288,97	0,00		206,06
Eduardo Carvalho Bandeira (2013-06-25/2015)	499,59	CGA	7.932,36	288,97	0,00	28,16	169,52
José Pedro Soares (2013-06-25/2015)	538,02	Seg. Social	7.748,08	156,17	0,00	28,16	161,97

NOME	BENEFÍCIOS SOCIAIS – OUTROS (€) – ANO 2013											
	IDENTIFICAR	VALOR	IDENTIFICAR	VALOR	IDENTIFICAR	VALOR	IDENTIFICAR	VALOR	IDENTIFICAR	VALOR	IDENTIFICAR	VALOR
Maria Lúcia Sequeira (2008-04-18/2013-06-24)	Comparticipação de atos médicos	49,05	Auxílio na Infância	0,00	Auxílio p/ Estudos	0,00	Encargo com a ADSE	1.329,30	Medicina no trabalho	0,00	Custos diretos com formação profissional	0,00
Duarte Lynce de Faria (2008-04-18/2013-06-24)	n.a.	0,00	Auxílio na Infância	0,00	Auxílio p/ Estudos	370,44	n.a.	0,00	Medicina no trabalho	57,14	Custos diretos com formação profissional	95,25
João Paulo Farinha Franco (2008-04-18/2013-06-24)	n.a.	0,00	Auxílio na Infância	0,00	Auxílio p/ Estudos	0,00	n.a.	0,00	Medicina no trabalho	66,01	Custos diretos com formação profissional	0,00
João Paulo Farinha Franco (2013-06-25/2015)	n.a.	0,00	Auxílio na Infância	0,00	Auxílio p/ Estudos	0,00	n.a.	0,00	Medicina no trabalho	0,00	Custos diretos com formação profissional	0,00
Eduardo Carvalho Bandeira (2013-06-25/2015)	Comparticipação de atos médicos	0,00	Auxílio na Infância	0,00	Auxílio p/ Estudos	628,99	n.a.	0,00	Medicina no trabalho	0,00	Custos diretos com formação profissional	30,00
José Pedro Soares (2013-06-25/2015)	n.a.	0,00	Auxílio na Infância	366,60	Auxílio p/ Estudos	0,00	n.a.	0,00	Medicina no trabalho	34,15	Custos diretos com formação profissional	0,00

NOME	ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES – VALORES ANUAIS (€)					
	ENTIDADE (Identificar)	FUNÇÃO (Identificar)	REGIME Público/Privado	BRUTA (€)	REDUÇÃO (LEI OE) (€)	BRUTA APÓS REDUÇÕES
Maria Lídia Sequeira (2008-04-18/2013-06-24)	AICEP Global Parques, SA	Vogal do Conselho de Administração	Público	8.729,58	872,96	7.856,62

Nota: os valores indicados reverteram para a APS.

NOME	GASTOS COM COMUNICAÇÕES MÓVEIS		
	PLAFOND MENSAL DEFINIDO	VALOR ANUAL	OBSERVAÇÕES
Maria Lídia Sequeira (2008-04-18/2013-06-24)	80	551	
Duarte Lynce de Faria (2008-04-18/2013-06-24)	80	432	
João Paulo Farinha Franco (2008-04-18/2013-06-24)	80	275	<= 2013-06-30
João Paulo Farinha Franco (2013-06-25/2013-12-31)	80	452	>=2013-07-01
Eduardo Carvalho Bandeira (2013-06-25/2013-12-31)	80	262	>=2013-07-01
José Pedro Soares (2013-06-25/2013-12-31)	80	249	

ENCARGOS COM VIATURAS								
VIATURA ATRIBUÍDA (S/N)	CELEBRAÇÃO DE CONTRATO (S/N)	VALOR DE REFERÊNCIA DA VIATURA (€)	MODALIDADE (1) (IDENTIFICAR)	ANO INÍCIO	ANO TERMO	N.º PRESTAÇÕES	VALOR DA RENDA MENSAL (€)	VALOR ANUAL (€)
Maria Lídia Sequeira	S	55.068	Aquisição	2009	2013			
Maria Lídia Sequeira	S	31.400	Aquisição	2013	2013			
Duarte Lynce de Faria	S	47.427	Aquisição	2009	2013			
Duarte Lynce de Faria	S	34.490	Aquisição	2013	2013			
João Paulo Farinha Franco	S	33.550	Aquisição	2012	2013			
João Paulo Farinha Franco	S	34.490	Aquisição	2013				
Eduardo Carvalho Bandeira	S	31.400	Aquisição	2013				
José Pedro Soares	S	33.500	Aquisição	2013				

Legenda: (1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

NOME	PLAFOND MENSAL DEFINIDO PARA COMBUSTÍVEL E PORTAGENS	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS (€)				OBSERVAÇÕES
		COMBUSTÍVEL	PORTAGENS	OUTRAS REPARAÇÕES	SEGURO	
Maria Lídia Sequeira (2008-04-18/2013-06-24)	486	1.613	429	549	1	<= 2013-06-30
Duarte Lynce de Faria (2008-04-18/2013-06-24)	389	1.420	717	1.144	931	<= 2013-06-30
João Paulo Farinha Franco (2008-04-18/2013-06-24)	389	1.547	559	73	460	<= 2013-06-30
João Paulo Farinha Franco (2013-06-25/2013-12-31)	486	1.490	1.000	1.533		>=2013-07-01
Eduardo Carvalho Bandeira (2013-06-25/2013-12-31)	389	931	414	852	444	>=2013-07-01
José Pedro Soares (2013-06-25/2013-12-31)	389	1.322	402	1.189	467	>=2013-07-01

NOME	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO - ANO 2013							
	DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (€)	CUSTO COM ALOJAMENTO (€)	AJUDAS DE CUSTO (€)	OUTRAS		OUTRAS		GASTO TOTAL COM VIAGENS (Σ) (€)
				IDENTIFICAR	VALOR (€)	IDENTIFICAR	VALOR (€)	
Maria Lúdia Sequeira (2008-04-18/2013-06-24)	2.083,62	1.038,00	958,98		0,00	Garagens	0,00	4.080,60
Duarte Lynce de Faria (2008-04-18/2013-06-24)	0,00	112,00	0,00		0,00	Garagens	0,00	112,00
João Paulo Farinha Franco (2008-04-18/2013-06-24)	0,00	0,00	0,00		0,00	Garagens	0,00	0,00
João Paulo Farinha Franco (2013-06-25/2015)	5.124,71	667,00	375,25		0,00	Garagens	0,00	6.166,96
Eduardo Carvalho Bandeira (2013-06-	5.953,28	1.810,90	562,88		0,00	Garagens	28,90	8.355,96
José Pedro Soares (2013-06-25/2015)	1.173,51	1.334,56	562,88		0,00	Garagens	33,30	3.120,15

Fiscalização**Conselho Fiscal**

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO (MENSAL)
			Documento (1)	Data	
2008-04-18/2013-07-01	Presidente	Ana Paula Azurara	Ata nº 25 da Assembleia Geral da APS	18-04-2008	20% da remuneração mensal ilíquida ao Presidente do CA
2008-04-18/2013-07-01	Vogal	Maria Teresa Morais	Ata nº 25 da Assembleia Geral da APS	18-04-2008	15% da remuneração mensal ilíquida ao Presidente do CA
2008-04-18/2013-07-01	Vogal	Dino Santos	Ata nº 25 da Assembleia Geral da APS	18-04-2008	15% da remuneração mensal ilíquida ao Presidente do CA
2008-04-18/2013-07-01	Suplente	Ana Teresa Reyes	Ata nº 25 da Assembleia Geral da APS	18-04-2008	
2013-07-02/2015	Presidente	Ana Paula Azurara	Ata nº 30 da Assembleia Geral da APS	02-07-2013	1.362,01
2013-07-02/2015	Vogal Efetivo	Maria Teresa Morais	Ata nº 30 da Assembleia Geral da APS	02-07-2013	1.021,51
2013-07-02/2015	Vogal Efetivo	Dino Santos	Ata nº 30 da Assembleia Geral da APS	02-07-2013	1.021,51
2013-07-02/2015	Vogal Suplente	Luisa Maria Roque	Ata nº 30 da Assembleia Geral da APS	02-07-2013	1.021,51

(1) indicar AG/DUE/Despacho

NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL (€) - ANO 2013		
	BRUTA	REDUÇÃO (LEI OE)	BRUTA APÓS REDUÇÕES
Ana Paula Azurara (2008-04-18/2013-07-01)	7.851,48	0,00	7.851,48
Maria Teresa Morais (2008-04-18/2013-07-01)	5.888,64	0,00	5.888,64
Dino Santos (2008-04-18/2013-07-01)	5.888,64	0,00	5.888,64
Ana Teresa Reyes (2008-04-18/2013-07-01)	0,00	0,00	0,00
Ana Paula Azurara (2013-07-02/2015)	9.059,47	-905,90	8.153,57
Maria Teresa Morais (2013-07-02/2015)	6.794,54	-656,08	6.138,46
Dino Santos (2013-07-02/2015)	6.794,54	-656,08	6.138,46
Luisa Maria Roque (2013-07-02/2015)	0,00	0,00	0,00

Revisor Oficial de Contas

MANDATO (INÍCIO – FIM)	CARGO	IDENTIFICAÇÃO SROC/ROC		DESIGNAÇÃO		REMUNERAÇÃO (€)		N.º DE MANDATOS EXERCIDOS NA SOCIEDADE
		Nome	Número	Doc. (1)	Data	Limite Fixado	Contratada (*)	
	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados	183	DUE	12.09.2008		18.630	3
	ROC Efetivo	Dr. José Pereira Alves	711	DUE	22.07.2013			1
	ROC Suplente	Dr. César Abel Rodrigues Gonçalves	740	DUE	22.07.2013			1

(*) Após redução Lei OE

NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL		
	BRUTA (€)	REDUÇÕES (LEI OE) (€)	BRUTA APÓS REDUÇÕES (€)
PricewaterhouseCoopers & Associados – revisão de contas	20.700	2.070	18.630
PricewaterhouseCoopers & Associados – outros serviços que não revisão de contas	6.970	-	6.970
PricewaterhouseCoopers & Associados – total	27.670	2.070	25.600

Auditor Externo – não aplicável

IDENTIFICAÇÃO DA AUDITOR EXTERNO (SROC/ROC)			DATA DA CONTRATAÇÃO		REMUNERAÇÃO ANUAL (€)		
NOME	N.º DE INSCRIÇÃO NA OROC	N.º REGISTO NA CMVM	DATA	PERÍODO	VALOR DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	REDUÇÃO (LEI OE)	BRUTA APÓS REDUÇÕES

Apêndice 2 à Parte C – Cumprimento das Orientações Legais ao nível das Remunerações

Apêndice 2 à Parte C – Cumprimento das Orientações Legais ao nível das Remunerações					
Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão / Planos de Atividade e Orçamento					
Volume de negócios (m€)				110,13 %	A quantificação do nível de cumprimento dos objetivos de gestão tem por base a comparação com a meta definida no Plano de Atividades e Orçamento 2013.
Margem do EBITDA (ajustado da imputação de subsídios e do reconhecimento de rendimentos relativos aos bens reversíveis das concessionárias) (%)				86,68 %	
Resultados Líquidos (m€)				127,63 %	
ROACE (%)				124,36 %	
Movimento de mercadorias (mT)				117,79 %	
PMP (nº de dias)				96,77 %	
Cumprimento do plano de investimentos (m€)				62,90 %	
Eficiência (Custos Operacionais / EBITDA)				94,19 %	
Gestão de Risco Financeiro					
Limites de Crescimento do Endividamento	S			0	Não existia passivo remunerado em 31/12/2013.
Evolução do PMP a fornecedores	S			Redução de 8 dias.	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”)	S			0	
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:					
Continuação da racionalização dos gastos operacionais,	S			Em 2013 representaram 38,5% do volume de negócios. 40.5% em 2012.	Racionalização generalizada nos diversos tipos de gastos.
Cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	S			Em 2013, 98,3% das disponibilidades da empresa estavam colocadas junto do IGCP, contra os 95,7% de 2012.	Todas as operações relevantes de com terceiros são processadas através do IGCP, incluindo as remunerações a partir de Janeiro de 2014.
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do artº 37º da Lei 66-B/2012	S				
Órgãos Sociais – redução remuneratória nos termos do artº 27º da Lei 66-B/2012	S			11.573	
Órgãos Sociais – redução de 5% por aplicação do artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	S			13.549	
Auditor Externo – redução remuneratória nos termos do artº 75º da Lei 66_B/2012			NA	Não aplicável	
Restantes trabalhadores/as – redução remuneratória, nos termos do artº 27º da Lei 66-B/2012			NA	Não aplicável por despacho superior	
Restantes trabalhadores/as – proibição de valorizações remuneratórias(artº 35º, Lei 66-B/2012)	S				
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	S			0	
Reembolso de despesas de representação pessoal	S			Não existiu reembolso de despesas de representação pessoal relativas a cartões de crédito ou comunicações.	
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S				
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			NA		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			NA		
Auditorias do Tribunal de Contas					
Nada a assinalar			NA		
Parque Automóvel	S			-1 viatura	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 64º da Lei nº 66-B/2012)	S			-6,6 % relativamente a 2010.	O peso dos gastos operacionais no volume de negócios reduziu-se de 50,6% em 2010 para 38,5% em 2013.
Redução de Trabalhadores/as (artigo 63º da Lei n.º 66-B/2012)					
Nº de trabalhadores/as	S			-14	
Nº de chefias de 1º nível	S			-1	
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 124º da Lei 66-B/2012)	S			98,3	



PARTE D

**RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO
(documento autónomo)**

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
I	Missão, Objetivos e Políticas						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	x		x		3	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	x		x		4	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	x		x		4	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	x		x		5	
II	Estrutura de Capital						
1.	Estrutura de capital	x		x		6	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	x		x		6	
3.	Acordos parassociais.	x		x		6	
III	Participações Sociais e Obrigações detidas						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	x		x		6	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	x		x		8	
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.	x		x		8	
4.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	x		x		8	
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	x		x		8	
6.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	x		x		8	
IV	Órgãos Sociais e Comissões						
A.	Mesa da Assembleia Geral						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	x		x		8	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	x		x		9	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
B.	Administração e Supervisão						
1.	Modelo de governo adotado	x		x		9	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	x		x		9	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	x		x		9	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	x		x		9	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	x		x		10	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	x		x		15	
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	x		x		15	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	x		x		16	
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.	x		x		17	
C.	Fiscalização						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	x		x		18	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	x		x		18	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	x		x		18	
4.	Funcionamento da fiscalização.	x		x		23	
D.	Revisor Oficial de Contas						
1.	Identificação do ROC, SROC.	x		x		23	
2.	Indicação das limitações, legais.	x		x		24	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	x		x		24	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	x		x		24	
E.	Auditor Externo						

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
1.	Identificação.	x		x		24	
2.	Política e periodicidade da rotação.	x		x		25	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	x		x		25	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.	x		x		25	
V.	Organização Interna						
A.	Estatutos e Comunicações						
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	x		x		25	
2.	Comunicação de irregularidades.	x		x		25	
3.	Indicação das políticas antifraude.	x		x		25	
B.	Controlo interno e gestão de riscos						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	x		x		26	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	x		x		26	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	x		x		26	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	x		x		26	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	x		x		26	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	x		x		26	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	x		x		27	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	x		x		27	
C.	Regulamentos e Códigos						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	x		x		27	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	x		x		27	
D.	Sítio de Internet						
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	x		x		27	
VI	Remunerações						

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
A.	Competência para a Determinação						
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	x		x		28	
B.	Comissão de Fixação de Remunerações						
	Composição.	x		x		28	
C.	Estrutura das Remunerações						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	x		x		28	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	x		x		28	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	x		x		28	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	x		x		29	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	x		x		29	
6.	Regimes complementares de pensões.	x		x		29	
D.	Divulgação das Remunerações						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	x		x		29	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	x		x		31	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	x		x		31	
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	x		x		31	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	x		x		31	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	x		x		31	
VII	Transações com partes Relacionadas e Outras						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	x		x		32	
2.	Informação sobre outras transações.	x		x		32	
VIII	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	x		x		33	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
2.	Políticas prosseguidas.	x		x		34	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:	X		X		36	
	a) Responsabilidade social	X		X			
	b) Responsabilidade ambiental	X		X			
	c) Responsabilidade económica.	X		X			
IX	Avaliação do Governo Societário						
1.	Cumprimento das Recomendações	x		x		38	
2.	Outras informações	x		x		38	



PARTE E

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

***RELATÓRIO ANUAL DO
CONSELHO FISCAL
SOBRE O
O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
DO EXERCÍCIO DE 2013
DA
A.P.S.- Administração dos Portos de Sines e do
Algarve, S. A.***

I – Introdução

Nos termos da alínea c) do artigo 16.º dos Estatutos da A.P.S. - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.ºs 334/2001, de 24 de dezembro, 46/2002, de 2 de março, 95/2010, de 29 de julho e 44/2014, de 20 de março, conjugado com as alterações decorrentes da Assembleia Geral realizada em 18 de abril de 2008, com a alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e com n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (RJSPE), o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório anual, sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2013 e o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário.

A A.P.S., S.A, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, regendo-se pelos estatutos aprovados pelo mencionado Decreto-Lei n.º 337/98, tendo por objeto a administração dos Portos de Sines, de Faro e de Portimão, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento.

O presente Relatório é igualmente emitido na sequência das orientações transmitidas no ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças n.º 832, de 14 de fevereiro de 2014.

O Revisor Oficial de Contas PRICEWATERHOUSECOOPERS&ASSOCIADOS – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas.

II – Ação fiscalizadora

No âmbito das suas competências, definidas pelo artigo 16.º dos Estatutos da A.P.S., S.A., na sua atual redação, bem como do artigo 420.º do CSC, o Conselho Fiscal

procedeu ao acompanhamento da gestão da A.P.S, S.A., através, fundamentalmente, da análise da documentação de prestação de contas que lhe foi disponibilizada e da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração, bem como de documentos anexos a essas atas, solicitados por este Conselho.

Foram, ainda, realizadas reuniões com o Conselho de Administração, a Direção Financeira e Económica e o Revisor Oficial de Contas, tendo sido prestados todos os esclarecimentos solicitados.

Este Conselho reuniu, periodicamente, com a presença de todos os seus membros, tendo as suas considerações sido registadas nas atas que estão arquivadas na A.P.S., S.A..

Realça-se, igualmente, a produção, em 2013, de três relatórios trimestrais para acompanhamento da atividade da Sociedade, elaborados tendo por base, quer os relatórios produzidos pelo Conselho de Administração, quer os Relatórios Trimestrais do Revisor Oficial de Contas, dos quais foi dado conhecimento ao Conselho de Administração e ao Acionista Estado.

III – Apreciação do Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2013

O Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2013, apresentado pelo Conselho de Administração, evidência de forma adequada a atividade e ações desenvolvidas pela A.P.S., S.A., contendo o relatório de gestão, a informação atual e completa sobre as demonstrações financeiras e o cumprimento das orientações legais.

Neste Relatório é destacado que em 2013 a movimentação de mercadorias no Porto de Sines atingiu um total de 36,5 milhões de toneladas, o que representou um aumento de 28% face ao ano anterior, tendo assim alcançado novos máximos de movimentação, sendo salientado que muito contribuiu para esse aumento o Terminal

de Contentores – Terminal XXI, o qual contava com 14 serviços de linha regular, cobrindo as principais regiões do globo.

É ainda referido que em 2013 entraram no Porto de Sines 2.010 navios, o que representou um acréscimo de 21,6% face ao ano anterior. Este crescimento foi acompanhado pela continuação da tendência de aumento do porte médio dos navios que escalam o porto de Sines.

Relativamente aos investimentos efetuados da responsabilidade da A.P.S., S.A., os mesmos ascenderam ao montante global de 2.471.984 euros, representando 62,9% do investimento planeado. Do investimento realizado em 2013, 32,9% (812 mil euros) corresponde a equipamento informático.

No que concerne às Demonstrações Financeiras, importa desde já referir que o Plano de Atividades e o Orçamento para o ano 2013 não se encontram aprovados pelo acionista.

No ano de 2013, a A.P.S., S.A., obteve resultados líquidos no montante de 12.379.794 euros, representando uma variação positiva de 27,3% face ao valor do ano anterior, o que demonstra a sua capacidade para gerar resultados.

Os resultados operacionais e o EBITDA foram, respetivamente, nos montantes de 17.185.728 euros e de 32.708.399 euros, revelando acréscimos de 36,7% e de 17,8% face ao ano anterior. Para estas variações contribuiu o aumento dos proveitos operacionais em 13,1%, superior ao incremento de 3,7% verificado nos custos operacionais. Nos proveitos saliente-se a redução dos provenientes das rubricas Fornecimentos e Serviços (-92,3%) e Licenciamentos (-10,9%), enquanto os aumentos foram sobretudo verificados nas Vendas (50,3%), nas Tarifas de Pilotagem (29,8%), na TUP Navio (23,3%) e nas Concessões (11,9%). Quanto aos custos verifica-se um acréscimo nos Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas (47,9%), nos Gastos com o Pessoal (10,5 %).

No âmbito dos Gastos com o Pessoal importa referir que o incremento verificado deve-se por um lado pagamento do montante do subsídio de férias e por outro à reposição do valor das reduções remuneratórias aos trabalhadores das Administrações Portuárias, conforme despachos do Secretário de Estado da Administração Pública, de 05.06.2013, e Secretário de Estado das Obras Públicas Transportes e Comunicações, de 07.06.2013.

Em relação à estrutura financeira e patrimonial, entre 2013 e 2012, verificou-se um aumento do capital próprio em 3.610 mil euros (1,1%) e do Ativo em 1.965 mil euros (0,4%), bem como uma redução do Passivo em 1.645 mil euros (-1,1%).

Salienta-se, ainda, que a estrutura financeira continua equilibrada, evidenciada designadamente pelos rácios de solvabilidade (2,16), autonomia financeira (68,3%) e liquidez (1,82), não existindo qualquer dívida remunerada.

É, ainda, realçada no Relatório a prossecução da política de qualidade, tendo sido renovadas as certificações nos Sistemas de Gestão da Qualidade, de Gestão Ambiental e de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho e obtido a certificação do Sistema de Gestão de Segurança de Informação.

IV – Avaliação do cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE, bem como aferição do cumprimento da exigência constante do n.º 1 do artigo 54 do RJSPEE (Relatório de Boas Práticas de Governo Societário)

a) Avaliação do cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE

No âmbito do disposto no artigo 420.º do CSC, declara este Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a A.P.S., S.A., deu cumprimento às orientações legais vigentes para o SEE.

Quanto ao cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 66-B/2012, de 30 de dezembro (LOE2013), as mesmas não foram aplicadas aos Órgãos Sociais durante o anterior mandato, por ter sido aplicado o regime de exceção previsto no n.º 13 do artigo 27.º da LOE2013, ao abrigo dos despachos dos Senhores SEAP, de 5 de junho e SEOPTC, de 7 de junho.

Face à Deliberação Social Unânime por escrito, de 24 de junho de 2013, e à deliberação do acionista de 2 de julho de 2013, respetivamente para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Assembleia Geral, que fixaram as remunerações destes Órgãos Sociais e determinaram que aos valores fixados “... *será aplicada a redução prevista no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.*”, foram as mesmas efetuadas a partir daquelas datas.

Quanto aos restantes colaboradores da empresa não foram aplicadas as referidas reduções remuneratórias, por ter sido aplicado o regime de exceção previsto no n.º 13 do artigo 27.º da LOE2013, ao abrigo dos despachos dos Senhores SEAP n.º 1695/2013, de 5 de junho e SEOPTC de 7 de junho.

Não obstante ter sido nomeado um novo Conselho de Administração, em 24 de Junho de 2013, não foram contratualizados objetivos de gestão com os respetivos membros para o mandato de 2013-2015.

No que se refere à gestão do risco financeiro, importa salientar que, no final de 2013, não existe passivo financeiro, tendo os investimentos nesse ano sido assegurados por recurso ao autofinanciamento (aproximadamente 2,5 milhões de euros).

Relativamente à evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, conforme estipula a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, e atento o Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, em 2013 foi de 31 dias e em 2012 de 39 dias, o que representa um decréscimo de 20,5% face ao período homólogo.

Quanto à divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, salienta-se que a sociedade no seu portal informa que não dispõe de dívidas por pagar há mais de 90 dias, o que é evidenciado no Relatório de Gestão e Contas.

No que respeita aos deveres especiais de informação, e mais concretamente aos documentos diretamente acompanhados por este Conselho Fiscal, foi o mesmo informado pela empresa de que havia sido dado cumprimento ao respetivo envio às entidades competentes, designadamente os relatórios trimestrais de execução.

Quanto às diligências tomadas e aos resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação de contas de 2012, na Assembleia Geral realizada no dia 2 de julho de 2013, no sentido da continuação da racionalização dos gastos operacionais, sem comprometer a evolução da atividade, bem como o cumprimento do princípio da tesouraria, destaca-se que não obstante nem sempre tenha sido possível assegurar a diminuição desses gastos, num quadro de forte crescimento da atividade portuária, regista-se que em 2013 os gastos operacionais (sem indemnizações nos gastos com pessoal) representaram 38,5% do volume de negócios e em 2012, 40,0% o que aponta para o cumprimento desta recomendação.

Sobre o princípio da unidade de tesouraria a empresa, no final de 2013, dispunha de 98,3% (15.963.696 euros), das suas disponibilidades junto do IGCP, sendo que os restantes 1,7% (275.628 euros) se encontravam depositados na banca comercial, tendo alcançado um rendimento de 218,98 euros. Em janeiro de 2014, com a conclusão dos trabalhos de alteração dos sistemas informáticos foi possível efetuar os pagamentos de remunerações através do IGCP. Refira-se, ainda que em 2013 não foi efetuada qualquer aplicação financeira.

No que diz respeito às orientações relativas às normas de contratação pública, transmitidas através do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, a A.P.S., S.A., publica as adjudicações no portal dos contratos públicos.

Quanto à adoção de uma política de racionalização de aprovisionamento de bens e serviços, refere-se que a A.P.S., S.A., aderiu em 2010, como entidade voluntária, ao Sistema Nacional de Compras Públicas, não tendo no entanto efetuado qualquer aquisição ao abrigo deste Sistema por ter concluído que as condições aí obtidas, nomeadamente em termos de preços, não são competitivas com as restantes oferecidas pelo mercado. Não obstante, a empresa dispõe de procedimento interno específico, aprovado no âmbito do seu Plano de Qualidade, o qual foi elaborado para cumprimento do Código dos Contratos Públicos.

Ao abrigo desse procedimento interno, em 2013, a empresa realizou um concurso público e nove ajustes diretos com consulta a várias entidades, tendo sido efetuadas nove adjudicações, as quais foram publicadas no portal dos contratos públicos como referido supra.

No que se refere ao parque automóvel, o qual em 2012 atingia um total de 60 viaturas, passou em 2013 para 59 viaturas, das quais 23 são de uso pessoal dos colaboradores da sociedade, contratualizado e sujeito a IRS.

Relativamente ao endividamento, salienta-se que era inexistente no final em 2013.

No que concerne às medidas estabelecidas na LOE2013 sobre o cumprimento da redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, uma vez que se trata de uma empresa com EBITDA positivo, como referido anteriormente, a empresa deu cumprimento a esta orientação.

Quanto ao limite estabelecido para gastos com comunicações em 2013, 45,75 mil euros (50% da média dos gastos relativos a 2009 e 2010), verifica-se que o mesmo não foi cumprido tendo sido ultrapassado em 70%, uma vez que ascendeu a 78 mil euros. Este valor é justificado pela empresa, quer pelo nível de atividade do porto, quer pela necessidade de maximização da eficiência da operacionalidade portuária, nomeadamente no tratamento eletrónico da informação. Não obstante e quando comparado com o valor gasto em 2010, constata-se um decréscimo de 21%.

Os gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento ascenderam, em 2013, a 37 mil euros o que, apesar de significar uma redução superior a 42% relativamente a 2010, é inferior à redução imposta na LOE2013, 50%.

Em matéria de redução do número de efetivos e cargos dirigentes, constata-se que o número de efetivos passou de 172 em 2012, para 158 em 2013, incluindo estes totais os 3 membros do Conselho de Administração o que representa um decréscimo de 8,1%, superior ao exigido na LOE2013 (3%).

Por último, e como se referiu supra, salienta-se que no final do ano a A.P.S., S.A., dispunha de conta aberta junto do IGCP cujas disponibilidades à ordem, no montante de 15,9 milhões de euros, representam 98,3% do total das disponibilidades da sociedade em 31.12.2013. Neste âmbito, importa referir que a existência das restantes disponibilidades, colocadas junto da banca comercial, foi justificada pela necessidade de utilização para pagamento dos vencimentos aos colaboradores, sendo que em 2014 os mesmos passaram a ser pagos através do IGCP.

b) Aferição do cumprimento da exigência constante do n.º 1 do artigo 54.º do RJSPE - Relatório de Boas Práticas de Governo Societário

A A.P.S., S.A., apresentou um Relatório de Governo Societário, dando assim cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 54.º do RJSPE. Por sua vez do Relatório de Gestão e Conta de 2013 consta uma Grelha de validação com as correspondências do Relatório do Governo Societário.

Do referido Relatório do Governo Societário constam as obrigações e responsabilidades da empresa, conforme estatuem os artigos 43.º a 50.º do RJSPE, assim como a divulgação de informação no site da A.P.S., S.A., prevista no artigo 53.º do mesmo diploma. Em anexo constam ainda as Declarações de Independência dos membros do Conselho de Administração, quanto à prevenção de conflitos de interesses.

V – Avaliação do desempenho individual dos gestores

O atual Conselho de Administração da Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., foi nomeado por DUE de 24 de abril de 2013, para o triénio de 2013-2015, não tendo até à data sido estabelecidos objetivos individuais de gestão.

Nesta sequência, considerando que para o ano de 2013 não foram atribuídos objetivos pelo acionista aos membros do Conselho de Administração da A.P.S., S.A., e não sendo possível a identificação de elementos diferenciadores que permitam a este órgão de fiscalização avaliar de forma qualitativa e quantitativa o desempenho e mérito individual dos administradores, entende o Conselho Fiscal que a avaliação do desempenho será apreciada coletivamente, tendo por base os resultados obtidos em 2013 em comparação com os de 2012.

OBJETIVO	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
Volume de negócios (m€)	37.786	32.600	15,91
Margem do EBITDA* (%)	55,66	50,43	10,37
Resultados Líquidos (m€)	12.380	9.723	27,33
ROACE (%)	5,31	3,94	34,77
Movimento de mercadorias (mT)	36.514	28.563	27,84
PMP (nº de dias)	31	39	-20,51
Eficiência (Custos Operacionais / EBITDA)	1,55	1,92	-19,27

* Ajustado da imputação de subsídios e do reconhecimento de rendimentos relativos aos bens reversíveis das concessionárias

É ainda de realçar o seguinte:

- A A.P.S., S.A., tem desenvolvido o Plano de Atividades e Investimento, assente em princípios de equilíbrio económico-financeiro;
- A A.P.S., S.A., tem obtido resultados operacionais líquidos sustentados e positivos.

Face aos resultados alcançados, que permitiram atingir um Volume de Negócios de cerca de 37,8 milhões de euros, mais 15,9 % do que o alcançado em 2012 e de 12,4 milhões de euros de Resultados Líquidos, mais 27,3 % relativamente ao ano anterior, é parecer do Conselho Fiscal da A.P.S., S.A., que o desempenho do Conselho de Administração no exercício de 2013 é francamente positivo.

VI – Certificação Legal de Contas

Na Certificação Legal de Contas o ROC entende que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade em 31 de Dezembro de 2013, estando a informação financeira constante no Relatório de Gestão e Contas, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

VII - Conclusão

Tendo em conta os elementos disponibilizados, bem como o teor da Certificação Legal das Contas, com o qual este Órgão expressa a sua concordância, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, conclui este Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências que o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2013 responde às exigências legais aplicáveis, relevando a situação da sociedade, pelo que é de parecer que sejam aprovados:

- a) O Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2013 apresentado pelo Conselho de Administração da A.P.S. – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.;
- b) A proposta de aplicação de resultados, no montante 12.379.793,62 euros, da seguinte forma:

u.n.: euro

APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO	2013	% do RL	% do RD
Resultado líquido (RL)	12.379.793,62		
reserva indisponível - bens reversíveis	1.461.622,61	11,81%	
reserva legal	1.237.979,36	10,00%	
resultado distribuível (RD)	9.680.191,65	78,19%	
outras reservas	9.680.191,65	78,19%	100,00%

Esta proposta não contempla a distribuição de dividendos, atendendo ao eventual impacto da integração dos portos do Algarve e dos respetivos investimentos.

- c) A proposta de transferência de 516.391,62 euros de “reserva indisponível – bens reversíveis” para “outras reservas” por forma a corrigir a afetação aprovada relativamente à aplicação de resultados apurados em 2012 no sentido de se ter conta o efeito dos impostos deferidos sobre o valor da reserva disponível.

VIII – Nota final

Finalmente, manifestamos o nosso apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração e dos colaboradores da Sociedade, bem como do Revisor Oficial de Contas.

Em 9 de Maio de 2014

A Presidente do Conselho Fiscal,

(Ana Paula Azurara)

Os Vogais do Conselho Fiscal,

(Teresa Moraes)

(Dino Santos)



PARTE F

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de €476.220 milhares de euros e um total de capital próprio de €325.334 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de €12.380 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077



Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

23 de abril de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



José Pereira Alves, R.O.C.



ADENDA

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

ADENDA – APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Diversamente do proposto pelo Conselho de Administração e no uso dos poderes legais e estatutários, a Assembleia Geral de 30 de Junho de 2014 aprovou a seguinte aplicação do resultado líquido apurado de 12.379.793,62€:

– Reservas Legais	– 10,00%	1.237.979,36€
– Reservas não Distribuíveis	– 11,81%	1.461.622,61€
– Distribuição de Dividendos	– 27,37%	3.388.067,08€
– Reservas de Investimento	– 50,82%	6.292.124,57€